



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 09/01/2018

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, em convocação para realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo segmento dos usuários – conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); conselheira Márcia Vera Vasconcellos (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - FAMERJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); conselheiro suplente Alberto Timóteo da Mata Virgem (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); conselheira suplente Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio a Portador de Hepatite C); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira suplente Marília Mateus Pinheiro (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde – conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro-SASERJ); conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro Alexandre Oliveira Telles (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO); conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços – conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Marcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades

Especiais – FAMAD) e conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO). A reunião iniciou-se em segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos de acordo com o Regimento. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou a todos e desejou boas vindas aos presentes. Logo após começou a dar informe. Informe um: a conselheira Margarida Frouf não poderá comparecer por causa de um problema pessoal, então chamou a conselheira Júlia Daniela de Castro para tomar assento a Mesa até que o suplente da conselheira Margarida Frouf chegue. Informe dois: o conselheiro Olímpio está em viagem, porque o filho dele teve um problema de saúde, então pediu para avisar que não poderá comparecer. Informe três: o conselheiro Mauro enviou uma justificativa dizendo que não poderá vir, mas assegurou que sua suplente virá, porque hoje na AP. 5.2 marcaram uma reunião e, pelo fato de ser membro da Comissão Executiva da AP. 5.2, não virá. Esses são os informes que recebeu. Logo após informou a composição da Mesa de coordenação dos trabalhos: **Presidência do Conselho:** conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. Comissão Executiva: **Usuários:** conselheira Júlia Daniela de Castro e conselheira Edileusa Braga com a função de secretariar. **Profissional:** conselheiro Alexandre Telles com a função de controlador do tempo. **Gestor/ Prestador:** conselheiro Jaciano Santiago com a função de fazer a leitura da pauta. Antes de passar a coordenação dos trabalhos para a Presidência da Mesa, nesse momento, de acordo com a orientação e pedido da nova Comissão Executiva eleita, o **Secretário Executivo David Lima** fez uma pequena leitura do artigo dezoito do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Terminada a leitura, passou a direção dos trabalhos para a **Presidenta Fátima Lopes** que cumprimentou e desejou boas vindas aos presentes. Em seguida, pediu ao conselheiro Jaciano Santiago, o favor de fazer a leitura da pauta. O **conselheiro Jaciano Santiago** cumprimentou e desejou um feliz 2018 aos presentes, desejando que todos tenham um ano de bastante trabalho e conquistas em todos os setores. Em seguida fez a leitura da pauta: distribuição da Ata de 14/11/2017. **1) Processo 09/901469/2017. Assunto: Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária para 2018 – 40 minutos. 1.a - Apresentação e Deliberação do Ofício SUBVISA Nº 1760/2017 (04/12/2017) – 10 minutos. 1.b - Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da CIST 2018-2019, Planejamento Anual de Ações em Saúde do Trabalhador 2018 – 10 minutos. 2) Apresentação da Política Nacional de Atenção Integral aos Adolescentes em conflito com a Lei – 30 minutos. 3) Fatos ocorridos na Policlínica Rodolpho Rocco (antigo PAM Del Castilho), a pedido da Comissão de Saúde Mental – 20 minutos. 4) Comissão de Educação Permanente – 30 minutos. 5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos. 6) Informes da Gestão da SMS – 10 minutos. 7) Informes da Secretaria Executiva - 10 minutos. 8) Informes do Colegiado - 30 minutos.** A **Presidenta Fátima Lopes** disse que antes de colocar a pauta em votação será feita uma justificativa do ponto dois. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que **1.a** não diz o que é. Apresentação e deliberação do ofício da SUBVISA. Que ofício, de que trata esse ofício. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que é da CIST. O **Secretário Executivo David Lima** explicou que esse ofício é da programação com relação à saúde do trabalhador, inclusive será apresentado. Ressaltou que foi uma falha da Mesa, porque olham tanto e deixam de ver algo. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que está tudo bem, só queria saber o que era. O **Secretário Executivo David Lima** fez a explicação do ponto dois: Apresentação da Política Nacional de Atenção Integral aos Adolescentes em conflito com a Lei que seria apresentada pela doutora Patrícia Albuquerque mas a mesma lhe procurou e pediu para retirar o ponto porque ainda estão fechando detalhes que falta por parte do Estado, o fechamento de detalhes importantes com relação a esse ponto. Portanto, prefere apresentar quando já estiver com a política realmente toda fechada e bem delineada. O **Secretário Executivo David Lima**

pediu a retirada do ponto dois com essa justificativa para que entre em outro momento quando tudo estiver certo. Ressaltou que a doutora Patrícia Albuquerque esperava fechar hoje, mas teve uma reunião ontem no Ministério Público e não foi possível fechar ainda, só está faltando à parte do Estado. A **Presidenta Fátima Lopes** colocou a pauta em votação, com a justificativa da retirada do ponto dois, que foi aprovada por maioria simples dos presentes. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto um: **Processo 09/901469/2017** - Plano de Ação da Vigilância Sanitária para 2018, que será apresentado pela doutora Leila. Ressaltou que o tempo de apresentação e considerações será de quarenta minutos. O **Secretário Executivo David Lima** lembrou aos conselheiros que esse Plano foi encaminhado para todos os conselheiros no início de dezembro de 2017. A **doutora Leila Rodrigues** cumprimentou e desejou um feliz ano novo aos presentes, avisou que veio acompanhada da senhora Sylvia Ripper. Esclareceu que são da Subsecretaria de Vigilância Sanitária, da SUBVISA, da Assessoria de Controle e Monitoramento. Informou que anualmente eles têm que encaminhar para a Vigilância Estadual, que por sua vez encaminha para a Vigilância Sanitária e para o Ministério da Saúde. A nossa programação anual de Vigilância Sanitária, no caso, do ano de 2018. Em relação a essa validação, essa homologação pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ), o ideal é que tivesse acontecido em alguma reunião do final do ano passado, mas por um atraso nosso de papel e de encaminhamento chegou muito em cima da hora. Então consultamos o Secretário Executivo David Lima a respeito mas não conseguiram colocar, incluir na pauta da última reunião. Por isso, os conselheiros receberam o material no início de dezembro, uma semana antes da data da última plenária nesse auditório, mas a data ficou agendada para a primeira reunião de 2018. Ressaltou que fazem essa apresentação, essa exposição anualmente, pois é obrigação da Vigilância prestar contas anualmente; na verdade encaminhar qual é o nosso planejamento para o ano seguinte, então isso é elaborado no meio do ano para o final do ano. Informou que fizeram uma pequena apresentação, porque o objetivo é só para caracterizar o que consiste esse planejamento, essa programação. Ressaltou também que irão apresentar, porque foi pedida, a apresentação da saúde do trabalhador. São duas programações, apesar das duas Vigilâncias estarem numa unidade só, enfim por serem orçamentadas e coordenadas pela Subsecretaria, elas têm programas a parte porque obedecem algumas legislações diferentes. Nesse momento, a **doutora Leila Rodrigues** deu início à Apresentação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária para 2018, pautada com slides e comentários. Duração 13 minutos e 56 segundos. Ao passar para o subitem **1.a** – Programação Anual de Saúde do Trabalhador, o **Secretário Executivo David Lima** pediu licença para falar. Reafirmou que os conselheiros receberam toda a programação em casa por e-mail, como todo o ano isso acontece. É rotina no CMS/RJ, todo ano vêm esse planejamento, esperam que todos tenham feito suas anotações em casa para tirar dúvidas aqui no plenário. Ressaltou que é evidente que essa apresentação não dará para fazer nesse tempo, então pediu para os conselheiros se manifestarem trazendo as dúvidas que foram anotadas para depois entrarem na outra parte que é a apresentação de saúde do trabalhador, caso contrário, misturamos tudo. Finalizando, agradeceu a Presidenta Fátima Lopes. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** fez uma pergunta fora do microfone inaudível. Respondendo, o **Secretário Executivo David Lima** disse que o processo ainda é o mesmo, tem que se inscrever com a Mesa coordenadora dos trabalhos. A **Presidenta Fátima Lopes** anotou os nomes dos conselheiros, chamando um a um pela ordem de inscrição, agradecendo a cada um no final da fala. Nesse momento foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** cumprimentou os presentes e disse que tem uma questão. Quer saber se o Plano da Vigilância Sanitária que foi apresentado vai resolver o problema da falta de vacinações dos cães e gatos, mas com certeza deve ter um plano de ação em

relação a isso. Então gostaria de saber como ficará para o ano de 2018 essa Programação para vacinações dos animais, porque isso está ficando sem atuação e ação nenhuma, pelo menos a conselheira não tem visto. Finalizando, agradeceu a oportunidade. A **conselheira Maria Angélica de Souza** cumprimentou a todos e disse que está falando como coordenadora da CIST em nome da Comissão. Falou que quando o Plano foi apresentado, os membros, enquanto comissão reuniu-se; então leram o Projeto da Vigilância Sanitária, mas não identificaram nenhuma ação de Vigilância em Saúde do Trabalhador dentro da apresentação, do processo. Uma preocupação que os acometeu, que também não foi citada na Apresentação, foi sobre um Projeto de Lei que está dentro desse processo e vai ser apreciado e votado pela plenária. A conselheira afirmou que desconhecem o teor desse Projeto de Lei porque é complicado não terem conhecimento desse Projeto de Lei que faz parte do Planejamento para 2018. Ressaltou que eles têm acesso para buscar esse Projeto de Lei, onde ele estiver, mas oficialmente não entende porque está na Apresentação. Sabem que esse Projeto de Lei é de extrema importância para a população porque é o novo código sanitário. Então o código sanitário no município, numa Cidade, para nós que somos o Controle Social temos que ter muito conhecimento, porque vai interferir na vida de todos nós. Na opinião da conselheira e da comissão da CIST, tem que ser uma Apresentação específica desse Projeto de Lei para eles entenderem. Foi lhe pedido para concluir, mas o conselheiro Ludugério Silva cedeu seu tempo a conselheira, que agradeceu. A conselheira prosseguiu dizendo que com relação à Apresentação do Projeto, se observarem têm muitas ações da Zoonoses, mas não tem nenhuma ação de Vigilância em Saúde do Trabalhador nesse documento, porque o seu compromisso enquanto coordenadora é saúde do trabalhador. Então quais serão as ações, entendam que não estamos falando do planejamento da saúde do trabalhador porque o que será apresentado é uma questão, agora dentro desse processo tem que estar inserido quais serão as ações, qual a meta que a Vigilância quer alcançar, porque não temos isso. Então tenho que sinalizar, porque é um processo que será submetido ao Pleno e tem certeza que a grande maioria, até porque é final de ano e nem sempre os conselheiros conseguem acesso aos e-mails; entretanto conseguiram ter acesso a esse processo. Então isso é muito sério, porque vai interferir e impactar muito em nossas vidas, não só da saúde do trabalhador, mas inclusive na saúde de toda a população do município Rio de Janeiro. O **conselheiro Adelson Gunzburger** disse que todos viram a relação da Fiscalização Sanitária em diversas atividades; então ele diversas vezes questionou, perguntou se na parte de alimentos as ações, também, são feitas nos quiosques que estão na praia, que vão do Leme. Isso por que há anos que está vendo isso lá, então se quisermos sair daqui agora e fomos fiscalizar alguns quiosques, literalmente vamos fechá-los, não só pelas condições dos alimentos, como pelas pessoas que estão trabalhando nos quiosques. Ressaltou que isso teria que ser um item específico, porque não são só alguns quiosques, mas uma quantidade enorme. A **doutora Leila Rodrigues** iniciou o ciclo de respostas, respondendo em relação à primeira pergunta sobre a vacinação antirrábica, disse que todo o ano é feita a vacinação, porque, na verdade, isso é um programa nacional, então eles têm a programação de vacinação antirrábica anualmente. Inclusive aconteceu em 2017, começou no dia primeiro de setembro, se não está enganada. Por uma questão orçamentária, talvez, aconteceu que a conselheira Maria de Fátima Silva Pinto teve essa percepção por causa da diminuição do número de postos comparando com as ações dos anos anteriores, porque, reafirmou, fazem isso anualmente, porém a vacinação aconteceu e tiveram uma cobertura de setenta por cento da população estimada de gatos e cachorros. Informou que em 2018 a vacinação vai acontecer da mesma maneira, então sua sugestão é que se a conselheira Maria de Fátima Silva Pinto tiver um problema ou dúvida específica em sua região, encaminhe para a Vigilância Sanitária o seu

pedido, a sua visão, o seu olhar de que houve uma área 'cega' que não foi abrangida. Entretanto, fazemos a distribuição dos postos nos bairros, até, usando o georreferenciamento, então para poder procurar fazer um distanciamento, utilizamos inclusive os acidentes geográficos, a questão de mão de rua, porque, às vezes, parece que um posto está do lado do outro, mas, na verdade para outra pessoa tem um rio no meio. Então esse tipo de tratamento, de detalhamento, de preocupação para podermos ter a cobertura, porque esse é o nosso grande objetivo de cumprir a vacinação de um número maior de animais possíveis. Para isso, recebem as vacinas que são repassadas pelo Ministério da Saúde para a Secretaria Estadual que repassa para os municípios. Então aplicamos as vacinas, mas já querendo aplicar muito mais porque tivemos, realmente, ano passado uma execução mais distribuída, melhor do que o do ano de 2016, porque em 2016 tivemos falhas de programação, até mesmo da gestão anterior, mas em 2017, a cobertura foi muito boa. Então fica essa orientação, porque não temos, precisamos saber das falhas. Por isso, houve essa percepção e estamos abertos para receber, basta entrar em contato com a Vigilância, sem problema nenhum. Sobre a segunda pergunta feita pela conselheira Maria Angélica de Souza, são duas coisas, uma é o código sanitário que é esse Projeto de Lei que está tramitando na Câmara. A outra coisa é a apresentação que é esse planejamento de Programação Anual de Vigilância Sanitária. Como já dissemos no início, nós seguimos uma determinação legal para fazer essa Apresentação. A Apresentação das Ações da Saúde do Trabalhador vai ser a sequência, é a próxima. Ressaltou que as duas Apresentações não estão juntas, no que diz respeito a ações específicas porque são canais diferentes, pois vão para lugares diferentes e essa Programação versa dentro daqueles tópicos, como já havia falado. Como eu disse, toda a parte estrutural, da distribuição daquele orçamento que vem do nível Federal, que são esses sessenta centavos por habitantes que as Vigilâncias Municipais recebem de acordo com o número de habitantes, isso significa que estamos dizendo ali aonde pretendemos usar o dinheiro que o pessoal do Federal está mandando, então é para esse pessoal Federal que estão mandando essa Programação. O que o pessoal Federal quer saber, dessa Programação é se a Vigilância está fazendo seu papel de se organizar, porque existem determinações que são os marcos legais. Cada vigilância não pode resolver se organizar da sua maneira, pois, cada uma, tem que ter os preceitos e seguir as orientações, tanto é que o item do código sanitário reza: "submeter o Projeto de Lei do código sanitário ao poder Legislativo". Informou que eles mudaram essa redação na Programação de 2017 que foi apresentada no final de 2016, já não estava escrito que era para submeter ao Legislativo, mas na nova redação reza: "finalizar a elaboração do código sanitário", alguma coisa assim, porque ainda estava em elaboração, tramitando na Procuradoria. Enfim estava sendo finalizado. Ressaltou que para 2018 querem submeter para aprovação, mas esse é outro Projeto que faz parte dessa estruturação das Vigilâncias Sanitárias para ter o código sanitário. Então isso é uma ação técnica e legal que a Vigilância tem que fazer e, a gestão está tentando finalizar, pois na verdade isso já vem vindo há alguns anos, já que esse código sanitário vem 'rolando' de gestão em gestão e agora estamos tentando finalizá-lo para que seja aprovado. Nesse momento, iniciou-se um burburinho no auditório porque a conselheira Maria Angélica de Souza tinha uma dúvida. A **Presidenta Fátima Lopes** lhe respondeu que irão continuar as perguntas, depois poderá retornar a falar, mas conselheira respondeu que não. A **doutora Leila Rodrigues** disse que a conselheira Maria Angélica de Souza perguntou mais alguma coisa. A **conselheira Maria Angélica de Souza** disse algo fora do microfone e que não foi captado. A **doutora Leila Rodrigues** lhe perguntou sobre o que especificamente. A **conselheira Maria Angélica de Souza** respondeu ainda fora do microfone que era em relação (inaudível), depois pediu permissão à doutora para falar, mas a doutora respondeu que a Mesa é quem decide sobre a permissão e não

ela. A **conselheira Maria Angélica de Souza** pediu a Mesa para falar porque não se sentiu esclarecida. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que depois poderá falar, mas a **conselheira Maria José Peixoto** disse para a Presidenta que já que ela não sentiu esclarecida e a doutora está esclarecendo, o momento é esse. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que a Comissão Executiva tomou uma decisão. A **conselheira Maria José Peixoto** disse a Presidenta que quando se tem uma dúvida, no momento que está sendo explanada a resposta, a conselheira Maria Angélica de Souza tem o direito de dizer que não entendeu para ser esclarecida. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que a Comissão Executiva tomou uma decisão, inclusive foi lida no início da reunião. A **conselheira Maria Angélica de Souza** perguntou se é em outro momento. A **conselheira Maria José Peixoto** respondeu que tem momento sim, então pediu uma Questão de Ordem porque questão de ordem tem espaço para qualquer hora. A **doutora Leila Rodrigues** interrompeu e disse que a conselheira Maria Angélica de Souza comentou no final da importância do código sanitário e a publicação, vamos dizer, dele em si, mas só que esse momento não existe aqui, porque o código está em outro nível, mas acha que a Apresentação dele para o CMS/RJ pode acontecer. Disse que pode levar esse pleito, essa solicitação a Subsecretária e ver qual a melhor maneira disso acontecer. A **conselheira Maria José Peixoto** pediu uma Questão de Ordem. A **Presidenta Fátima Lopes** interrompeu a doutora Leila Rodrigues dizendo à conselheira Maria José Peixoto que cedeu à questão de Ordem a Mesa. A **conselheira Maria José Peixoto** cumprimentou a todos. Disse que se alguém não sabe é importante esclarecer que a Questão de Ordem tem que ser concedida de imediato, mormente quando está se fazendo uma Apresentação extremamente importante como da questão da Vigilância Sanitária. Então uma conselheira ou mais conselheiros que tiverem dúvidas, diz que não foi esclarecido, mas não lhe é dado o direito de se pronunciar sobre o que não foi esclarecido, porque o esclarecimento dela vale para mim e para outros conselheiros e outras pessoas presentes, porque ninguém está tampando os ouvidos. Finalizando, agradeceu. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que foi acatada a questão de Ordem, mas a Mesa concorda que ainda tem quatro inscritos para falar, mas o que não foi totalmente esclarecido poderá retornar. Perguntou a todos se podem fazer assim e recebeu a resposta afirmativa. Disse que está acatando o que a Comissão Executiva deliberou. O **Secretário Executivo David Lima** lembrou que falta responder a terceira pergunta feita pelo conselheiro Adelson Gunzburger. Em relação a essa pergunta a **doutora Leila Rodrigues** disse que a Vigilância tem feito cobertura de inspeção de quiosques, inclusive agora no final do ano nós cobrimos. Disse que eles estão tendo uma ação até hoje, mas não sabe em qual praia está, mas temos uma de ponta a ponta que cobriram Copacabana, cobriu... Eu sei que está indo para as praias da AP 4.0 também, Barra da Tijuca e até Sepetiba. Esclareceu que todos os quiosques têm sido fiscalizados, inclusive este ano foi até matéria de jornal, saiu em mídia e tudo, que nós não só estamos fazendo fiscalização dos quiosques que estão nas beiras das calçadas, como também dos ambulantes. Fizemos e temos feito uma ação, porque essa ação tem que ser partida já que não se consegue fazer tudo num dia só, dessa vez, este ano, foi até a primeira vez que fizemos uma fiscalização de areia, de material dos ambulantes e dos vendedores nas areias, daquelas barracas das areias inclusive. Então essa cobertura tem sido feita. É óbvio que o município tem muita praia, nós às vezes acertamos de um jeito, mas tem outro lá que acabou de escutar como deve ser feito e já está trabalhando. A **Presidenta Fátima Lopes** continuou a chamar os inscritos, sempre agradecendo, no final da fala de cada um, pela participação. O **conselheiro Geraldo Batista** cumprimentou a todos. Disse que é complicado discutir e planejar um Programa de Saúde no Municipal, já que não houve, no ano passado, tempo hábil para que fosse discutido no território, apesar de ter recebido o Plano pelo e-mail. Informou que tentou fazer várias vezes contato com a

Coordenação de Vigilância Sanitária da AP-5.3 que é uma área que hoje, congrega uma das maiores indústrias de aço do país que é a antiga CSA que ainda existe, mas mudou de nome. Disse que não conseguiram obter informação de como está a questão do TAC, que era o Termo que foi feito junto com o Estado e o Município naquela questão do fórum em que divulgaram e jogaram lá. Entretanto, tiveram informações que estava em estudo um planejamento de coleta de sangue de todos os moradores da área, mas até hoje não tiveram um meio de sentar com os membros da Vigilância Sanitária da AP-5.3 para discutir as ações a serem feitas lá. Então chego aqui encontro um Plano desse grande a nível municipal e eu vivendo numa área que temos hoje, porque na nossa área temos fábricas de cimento localizada na Avenida Brasil; temos depósitos dos supermercados Guanabara; temos uma grande fábrica, indústria; temos outras fábricas. Ainda tem uma gestão passada que os conselheiros devem lembrar muito bem, trata-se da questão dos resíduos da empresa Ingá que até hoje estão lá faz vinte anos, porque até hoje, nem a Vigilância Sanitária, nem o Município, nem o Estado, nem o INEA definiram o que fazer com isso, só que aquilo é uma bacia que está na beira do rio Guandu. Ressaltou que pode acontecer, de uma hora para outra, o que aconteceu em Minas Gerais, mas não naquela proporção, mas numa proporção muito menor. Então fica difícil discutirmos um Plano desse, se na nossa área ainda não foi discutido não temos conhecimento, até porque a estrutura física dos trabalhadores da Vigilância Sanitária da AP 5.3 é péssima, porque eles não têm estrutura, não tem material e nem laboratório adequado para trabalhar porque acabam tentando e fazem um trabalho subumano, porque o conselheiro viu o sacrifício de um trabalhador para fazer um levantamento, um mapeamento. Por isso, fica difícil discutir uma situação dessas, hoje, a nível, se ainda não foi discutido no território. Disse desejar saber de outros conselheiros se esse Plano foi discutido e qual foi o encaminhamento que deram referente às propostas que chegaram ao CMS/RJ porque quer entender como é que isso vai ser discutido a nível Municipal se ainda não foi discutido a nível de território e, como é que isso foi divulgado. Reafirmou que é complicado ver uma coisa a nível Municipal sem conhecer o território, essa é uma questão. Finalizando disse que sua pergunta é que no ato da multa que foi imposta na antiga CSA, foi dito que haveria um observatório na comunidade de São Fernando. Então perguntou como está essa situação, porque já teve contato com o pessoal do INEA que disseram que repassaram para o Município que o observatório iria ser construído. Enfim até hoje nada foi construído, ainda não sabemos como está a situação da saúde daquela população. O que sabemos é que agora vão para o campo trabalhar essa situação; então gostaria de saber como está a situação da construção do observatório. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** cedeu seu tempo para o **conselheiro Ludugério Silva** que cumprimentou todos os presentes. Disse que gostaria de saber da doutora Leila Rodrigues e de sua equipe se é possível discutirem isso junto no território, como o conselheiro Geraldo falou para que quando viesse ao CMS/RJ os conselheiros estivessem devidamente informados da situação e munidos com suas propostas. Finalizando, agradeceu. A **conselheira Maria José Peixoto** cedeu seu tempo para a **conselheira Maria Angélica de Souza**, que disse que em relação ao Projeto de Lei se sentiu contemplada, pois foi bem esclarecido, mas temos que sinalizar a população para ficar atenta com esse Projeto de Lei que é importante. Então conseguimos que o Controle Social fique atento, acompanhando com seus vereadores para ver o que está acontecendo na Câmara. Disse que não se sentiu contemplada, porque não percebeu, de fato, melhoras, porque não é técnica, mas efetivamente não percebeu ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Não se trata da questão do Plano de Ação da Coordenação de Saúde do Trabalhador. Isso é uma questão, pois a Coordenação apresentou um Plano, agora esse Plano de Ação é independente desse processo. Então os membros da CIST leram e tentaram entender o final da Apresentação e perceberam que tem

todas as siglas, mas a única que falta é da Coordenação de Saúde do Trabalhador dentro desse processo. Não faz parte, não está incluída. A conselheira questionou onde está, porque precisam deixar claro que a Vigilância de Saúde do Trabalhador está incluída no processo. Entretanto, em nenhum momento está incluída, porque não sabe dizer já que é do Controle Social e, não é técnica, pois estão falando no CMS/RJ, enquanto usuários do serviço como trabalhadores. Disse que não perceberam essa inclusão. É uma questão de observar que isso foi excluído. Finalizando, agradeceu. A **doutora Leila Rodrigues** falando para o conselheiro Geraldo Batista, ressaltou que quer lembrar a todos uma característica da Vigilância Sanitária e da Vigilância em Saúde no município do Rio de Janeiro: os senhores sabem disso, mas eu quero me lembrar. A estruturação da Vigilância em Saúde é diferente nos outros Estados e nos outros Municípios. Então mostrando uma modificação até recente, até pouco tempo atrás a Vigilância Sanitária Estadual era uma Superintendência, uma Vigilância separada, mas na última gestão houve a subordinação dela à Vigilância em Saúde que passou a ser uma das Vigilâncias. Tem a Vigilância em Saúde coordenando a Vigilância Sanitária; a Vigilância Epidemiológica; a Vigilância Ambiental; a Vigilância da Saúde do Trabalhador e outras Vigilâncias. Estou falando das quatro maiores do Estado. Esclareceu que no município do Rio de Janeiro isso é diferente, temos uma Subsecretaria de Vigilância Sanitária e tem uma Coordenação, se não está enganada, uma Superintendência de Vigilância em Saúde subordinada a Vigilância em Saúde, tem a Vigilância Ambiental e a Vigilância Epidemiológica que faz essa parte toda de epidemiologia. Informou que a Vigilância em Saúde do Trabalhador até 2011, se não lhe falha a memória, era subordinada a SUBPAV, não era ainda nem da Vigilância Sanitária. Por uma decisão da gestão anterior, a Vigilância em Saúde do Trabalhador foi para dentro da Vigilância Sanitária e faz parte da estrutura, está no organograma é uma Coordenação de Vigilância dentro da estrutura da Vigilância Sanitária. Isso fica diferente das outras Vigilâncias. Nesse caso específico, dessa parte ambiental que diz respeito à poluição, de uma maneira geral, ela é multi-intersectorial, vamos dizer assim. Então temos a ação principal da Vigilância Ambiental e a Vigilância Epidemiológica na parte de monitoramento dos problemas e, a Vigilância em Saúde do Trabalhador e por último a Vigilância Sanitária na parte de controle do trabalho em si, da saúde do trabalhador em si. Então detalhes acerca do TAC e de todas essas ações que são muito bem feitas, principalmente na AP-5.3 porque a doutora acompanha de longe os trabalhos. Falando de Coordenação de Gabinete, disse que não tem detalhamento sobre como está o TAC, então não pode responder isso agora, porque não é nem a matéria e não tem como responder por não ter essas informações. Finalizando perguntou ao conselheiro Geraldo Batista se ele estava contemplado com a resposta. Disse não ter ouvido a resposta, mas o conselheiro levantou a mão em sinal de positivo. Em relação à pergunta da conselheira Maria Angélica de Souza sobre a questão das siglas e da inserção, a **doutora Leila Rodrigues** ressaltou que no início da sua resposta anterior já começou a ilustrar e a responder essa pergunta por que a Vigilância em Saúde do Trabalhador faz parte. Dentro da Apresentação que será a próxima, que é o planejamento anual, um dos eixos é fiscalização sanitária do ambiente de trabalho, é um dos eixos que aborda a proposta para 2018. Esse planejamento não é detalhista, mas sim macro, onde eles dão as orientações, quais são as nossas intenções, as nossas pretensões e, que muitas vezes por problemas que acontecem temos que substituir e direcionar. Então especificamente detalhes sobre, como vai ficar a questão do amianto; como fica a questão da chuva ácida na área da CSA. Isso são ações específicas onde dizemos a todos o que nós queremos. Voltando a dizer, informou que seguem o modelo que receberam. Nós não dizemos como vamos fazer determinada ação A, B ou C, mas dizemos quais são as intenções e o que temos que prestar contas para o nível Federal. A **doutora Leila Rodrigues** pediu o favor para o conselheiro Ludugério

Silva repetir a pergunta porque esqueceu, embora saiba que ele perguntou qual o objetivo. O **conselheiro Ludugério Silva** disse que gostaria que a doutora entendesse que o papel dele no Controle Social é colaborar, ajudar, mas para isso tem que estar esclarecido, mas não estamos esclarecidos se, de fato, a CIST está incluída ou não, essa é a questão. A **doutora Leila Rodrigues** respondeu que a CIST é do organograma, está incluída e todas as ações são cobertas. Perguntou se poderia começar a próxima Apresentação só para os conselheiros verem a questão de orçamento. A **conselheira Maria José Peixoto** interrompeu para perguntar a doutora, por que tem um carro de som denunciando que os animais estão abandonados na Fazenda Modelo. Será que a Secretaria sabe disso. A **doutora Leila Rodrigues** respondeu que a Vigilância Sanitária tem a parte de Centro de Controle de Zoonoses, como já diz o nome controle de zoonoses, então nós controlamos e atuamos nos animais doentes. Quando abandonam os animais saudáveis nesse abrigo que pertence à outra secretaria e agora faz parte. Nesse momento é subitamente interrompida pela **conselheira Maria José Peixoto** dizendo que a Vigilância Sanitária inclui os animais também, não estamos discutindo outra coisa. A **doutora Leila Rodrigues** ressaltou que, hoje, estão falando da Programação Anual e dentre as ações, tem ações de zoonoses. A **senhora Sylvia Ripper** disse que gostaria de prestar um esclarecimento. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** falou para deixar a Mesa encaminhar. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se era nesse ponto. A **senhora Sylvia Ripper** respondeu que sim, que é do ponto dos animais. Confusão com falas simultâneas e intercorrências de várias pessoas (áudio inaudível). A **conselheira Maria José Peixoto** disse que quer saber como vão ficar os animais; que falem dos direitos dos animais, porque o povo está gritando lá fora que os animais estão abandonados na Fazenda Modelo. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu o favor para a conselheira Maria José Peixoto dar um tempo. A **senhora Sylvia Ripper** explicou que o trabalho dos animais é feito da seguinte forma: quando o animal está doente a responsabilidade é do Controle de Zoonoses e da Vigilância Sanitária, inclusive isso está escrito na legislação. Entretanto, os animais que são recolhidos, que não estão doentes, são da responsabilidade da Superintendência de Bem-Estar Animal que está dentro do Gabinete do Prefeito. Então é esse Órgão que leva esses animais para a Fazenda Modelo, isso não é mais nossa responsabilidade. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que eles estão doentes. A **senhora Sylvia Ripper** explicou que a SUBEM - Superintendência de Bem-Estar Animal tem que articular com a Vigilância Sanitária. Isso é uma questão. A **conselheira Maria José Peixoto** interrompeu para perguntar se não era a Secretaria que tinha que fazer essa articulação. A **senhora Sylvia Ripper** disse que não, que é uma questão institucional, a Superintendência tem que articular com a Vigilância Sanitária. Se os animais estão doentes essa Superintendência tem que chamar a Zoonoses, isso é uma questão institucional. Se os senhores estão achando que tem animal doente encaminhem a denúncia para o número 1746, tudo será encaminhado para a SUBEM ou para a Vigilância. Tudo o que os senhores virem, que os senhores acham que está fora do contexto, número 1746, vai cair tudo direitinho. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que o número 1746 não funciona. A **senhora Sylvia Ripper** retrucou dizendo que é o Órgão que tem que receber as denúncias. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu à senhora Sylvia Ripper. A **doutora Leila Rodrigues** disse que na gestão anterior era a Secretaria de Bem-Estar Animal, mas virou uma Superintendência e está dentro do Gabinete do Prefeito e eles também tem médicos veterinários, tem hospital. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que os animais estão abandonados. A **doutora Leila Rodrigues** respondeu que isso não está na nossa jurisdição já que existe uma Superintendência específica. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que esse problema é do Município do Rio de Janeiro. A **doutora Leila Rodrigues** retrucou ao dizer que é do Município, mas não da Vigilância Sanitária, pois a

Subsecretaria é que está expondo no CMS/RJ. Portanto, não pode responder, a não ser do jeito que a senhora Sylvia Ripper colocou de que temos a responsabilidade de encaminhar os animais com suspeitas de zoonoses, porque também não é qualquer doença, porque senão viramos um hospital veterinário público, mas temos que estar direcionados para o risco sanitário, isso é que é importante sabermos. Em seguida pediu se podia passar para o segundo bloco. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu a doutora, o favor, para passar para a continuação do segundo bloco. Nesse momento, a **doutora Leila Rodrigues** passou para o ponto 1.a – **Apresentação e Deliberação** do Ofício SUBVISA Nº 1760/2017 (04/12/2017) – Plano Anual de Saúde do Trabalhador, pautada com slides e comentários. Após a apresentação passou para às inscrições. Nesse momento, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que a doutora Leila Rodrigues falou sobre os recursos próprios, mas acontece que vocês não dão informação dos recursos próprios, porque só tem a informação do Federal para os conselheiros repassarem para todos. Sobre a dúvida que tem, perguntou se não seria importante o Federal ter a informação da necessidade, por causa da insuficiência dos recursos próprios para atingir toda uma demanda nessa questão. Então não seria importante que o pessoal do Federal soubesse dessa deficiência para poder fazer um complemento, até pedirmos, solicitarmos mais recursos para poder suprir e atender a maior parte da Sociedade, porque é meio complicado, uns são atendidos e outros não. A **doutora Leila Rodrigues** perguntou a Presidenta Fátima Lopes se poderia responder logo, porque pode ser que a resposta já tire a dúvida do próximo a perguntar. A **Presidenta Fátima Lopes** concordou. A **doutora Leila Rodrigues** disse que irá responder diretamente porque essa questão de recursos é uma coisa bem interessante. Disse que é claro que gostariam muito que aumentassem o recurso, mas como já falou, isso é uma Legislação Federal para todos os Municípios do Brasil. Então o pessoal do Federal estipulou que são sessenta centavos por habitante, até eles mudarem. Agora, quando colocamos recursos próprios na planilha é só para dizer que não iremos usar a fonte dos Federais, mas temos outras fontes: Vigilância Sanitária tem a fonte do Município, tem a fonte de multas, tem a fonte da taxa de inspeção sanitária. Temos outras fontes que vão fazer o nosso dinheiro para conseguirmos cumprir todas as ações que nos propomos a fazer ao longo. E todo esse planejamento orçamentário está especificado no Plano Plurianual, no PPA que estamos começando a fazer um agora, inclusive acabou de ser publicado o Plano Plurianual para 2018 até 2021. E em cada ano especificamos, claramente, da onde vem o dinheiro e porque precisamos do dinheiro. Então nós, como toda a secretaria, como toda a Prefeitura, ela tem que dizer se você atingiu a meta; se você foi além da meta, porque você conseguiu fazer a mais; se foi aquém da meta, porque você não chegou a gastar o que realizou. Isso acontece sempre todo o ano. Então temos aqui o que estamos apresentando, que precisa ser homologado para poder ficar registrado no Estado e no Federal, na ANVISA e no Ministério da Saúde, é que a nossa Programação para o dinheiro que vem do Federal, nós vamos gastar daquele jeito como já explicou naquelas planilhas. Nós não temos como, mas o pedido é esse mesmo, porque nós queríamos receber mais do que sessenta centavos para aumentar o dinheiro. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** cumprimentou a todos e desculpou-se com a doutora Leila Rodrigues pelo fato de ter perdido um pouco do que ela falou por estar lendo outro documento. Ressaltou o que lhe chama a atenção é de como é feito esse agravo quando o trabalhador chega adoecido. Como é que é feita essa investigação de que esse trabalhador está adoecido por uma questão voltada para o seu trabalho ou não. Se for voltada para o trabalho quais são os encaminhamentos que são feitos pelos locais aonde isso é detectado. Se tem esse serviço para os servidores e para aqueles que prestam serviço ao Município do Rio de Janeiro, que são os trabalhadores terceirizados da saúde que pertencem as OS's. Será que eles

são contemplados por esse serviço, isso é o quer saber. A outra questão também é relativa ao que a doutora Leila Rodrigues falou anteriormente, que aí tem uma série de Portarias e uma série de outros documentos, porque ficamos muito preocupados, porque temos um Ministro da Saúde altamente autoritário e que não respeita as deliberações que são feitas pelo Conselho Nacional de Saúde. Esse Ministro derruba muitas deliberações atropelando, assim, o Conselho Nacional de Saúde. Por isso, deseja saber se dentro desse planejamento isso é levado em consideração, respeitando aquilo que o Conselho deveria ter deliberado ou não ou, passa-se vista grossa para elaboração daquilo que é determinado pelo Ministério da Saúde. A **conselheira Miriam Andrade** disse que sua fala está dentro da mesma condição da fala do Conselheiro Marinaldo Silva Santos. Disse que a biometria não está preparada para receber nenhuma Saúde do Trabalhador, nunca esteve, mas espera que comece a estar. Os profissionais que tem os acidentes, que tem as suas problemáticas de saúde do trabalhador são recebidos como qualquer outra necessidade de licença. Então está muito difícil começarmos a entender esse ano; a saúde do trabalhador do que está a apresentar com as coisas que estamos vivendo hoje dentro do município, está muito difícil, porque ter a verba é ótimo, mas a execução, pois o trabalhador está sofrendo na ponta, tanto o trabalhador público como o trabalhador das OS's. Então não vemos nenhuma melhora nisso só no papel. Outra questão: a conselheira não conseguiu entender onde está a CIST – Coordenação Intersetorial da Saúde do Trabalhador, que é o braço do Conselho Municipal dentro desse orçamento, porque na hora de fazer os eventos da Coordenação referentes ao trabalhador não tem verba, não tem isso, não tem aquilo. Aí o Conselho Municipal de Saúde tem que correr atrás para poder a Coordenação fazer alguma coisa em prol da Saúde do Trabalhador como coordenadora. Finalizando, agradeceu. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que realmente concorda em parte quando se fala que a CIST não existe e nem a Coordenação, até porque a nossa CIST só é discutida no Conselho Municipal de Saúde, mas não se discute sobre a CIST nos territórios e nem nos Conselhos Distritais. Tanto é que se perguntarem ao conselheiro quem é o coordenador, hoje, de Santa Cruz ele não sabe. Entretanto, esse coordenador foi apresentado em uma ocasião há tempos atrás, inclusive o Secretário Executivo David Lima esteve presente representando a Secretaria, porque teve um Seminário de Saúde do Trabalhador. Então encaminharam para a CIST do Município, mas até hoje não obtiveram resposta. Quando a doutora Leila Rodrigues falou da questão da verba, mais uma vez perguntamos qual o destino que é dado quando há essa infração, pois quando uma empresa multinacional comete uma infração sabemos que existe o TAC. Então como é que isso chega; como é que essa verba é direcionada para realmente tratar da saúde do trabalhador porque têm trabalhadores estatutários na AP-5.3 que entraram no Município em 1988, inclusive foi falado no CMS/RJ que existe um preparatório para que esse trabalhador passe a ser preparado para iniciar a sua aposentadoria. Entretanto, o que o conselheiro vê em sua área é o contrário, pois o trabalhador faz trinta e cinco anos, quarenta anos, mas quando faz setenta anos é expulsória, tchau e benção. Então muitos desses trabalhadores se tornam alcoólatras, porque terminou o tempo deles, são trabalhadores que não tiveram muitas oportunidades por causa do grau de estudo que tiveram. Trabalhadores que sempre laboraram em serviços secundários, como porteiros e outras funções dentro da Prefeitura e eles estão lá na AP-5.3. Muitos estão até encostados fazendo quebra galho de estafeta, mas esses trabalhadores não estão preparados e estão adoecendo, pelo menos, no ano passado perdemos quatro trabalhadores nessas circunstâncias por alcoolismo, outro por abandono de serviço e outros por outras pessoas. Ressaltou que está falando isso, porque conhece a história da Cedae que está situada á Rua Saint Roman. Essa rua, por sua vez, é a história viva da Cedae, onde vários trabalhadores da Cedae estão lá com seus familiares e continuam

recebendo seus salários, porém esses trabalhadores estão largados, pois o conselheiro conhece essa história e a saúde do trabalhador não é... Então gostaria de saber como é que as senhoras que falam tanto em verba, tanto de recursos, mas no fundo no fundo lá na ponta, lá no dia a dia, esse trabalhador continua adoecendo cada vez mais e sem nenhum preparo para o seu afastamento ou seu cuidado, porque o trabalhador com saúde vai também cuidar bem da saúde do usuário. A **conselheira Maria José Peixoto** disse com toda a sinceridade que o que menos interessa para essa Prefeitura são os trabalhadores, infelizmente. Aplausos. Os trabalhadores hoje sejam Estatutários, sejam das Organizações Sociais estão sem receber. Os ativos receberam uma parte ontem no horário das duas, três, quatro horas da tarde, mas os aposentados e os trabalhadores das Organizações Sociais não receberam. Informou que quando discutirem um projeto, um programa desses, deverá ser discutido voltado para o ser humano, para o homem, para o cidadão, porque nenhum de nós somos pedras que não tem fim, porque as pedras caem se quebram todas, imaginem um ser humano. A conselheira vê os trabalhadores dessa cidade, não é de hoje, mas hoje está muito pior do que em 2016, porque os servidores nunca foram tão desrespeitados quanto foram em 2017. E, entramos em 2018 sem receber salário, porque têm trabalhadores, já que a conselheira recebeu informações concretas, de que não receberam sequer o décimo terceiro de 2017. Isso aí é qualidade de vida, me diga, se eu não tenho trabalho, não tenho como comprar meu alimento, minhas coisas, minha vida, manter a qualidade de vida da minha vida e das vidas da minha família. Perguntou a doutora Leila Rodrigues onde entra aí a Vigilância Sanitária porque os gatos e cachorros na Cidade de Deus estão morrendo de fome por falta de tratamento e esse governo não faz nada em defesa dos animais. Então imagino, se esse governo não faz nada em defesa das pessoas como é que vai fazer alguma coisa em defesa dos animais, pois deveria fazer também para os animais e deveria fazer também para as pessoas. E nós enquanto trabalhadores dessa Cidade exigimos respeito, porque nós não estamos sendo respeitados nessa Cidade por esse Prefeito Crivella. Aplausos. Porque aí estão as pessoas trabalhando sem receber, como as que estão nas OS's, mas as OS's não têm fábrica de dinheiro, se não repassa o dinheiro as OS's como irão pagar os trabalhadores. Ressaltou que terão uma audiência no CMS/RJ com as OS's e os sindicatos no dia onze às catorze horas nessa sala. Vamos ter uma audiência no Ministério do Trabalho no dia oito de fevereiro, mas vai ficar em função disso e não vai se resolver nada. Temos que discutir uma coisa nesse Conselho ou cuidam das pessoas ou a gente não vai assinar mais nada aqui, muito obrigada. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** avisou que a doutora Leila Rodrigues pode responder, pois terminaram as perguntas. A **doutora Leila Rodrigues** ressaltou que o conselheiro Marinaldo Silva Santos fez uma pergunta difícil. Respondendo, disse que fazem a Programação e o seu objetivo é a cobertura. A Vigilância Sanitária fala com o risco sanitário; seja o risco sanitário dos serviços e produtos de interesse a saúde; seja o risco sanitário do trabalhador em seu ambiente e trabalho, então é disso que falamos. E a nossa Programação, a estruturação e estratégias de ações, são baseadas e estão pautadas nessas. O que o Ministério da Saúde define como objetivos, já que o conselheiro Marinaldo Silva Santos falou bem do Conselho Nacional, então tivemos um exemplo agora, porque íamos ter a Primeira Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. Ressaltou que foi um ano inteiro, um gasto enorme que foi feito em todos os Municípios e Estados do Brasil, mas quando chegou ao final, desmarcaram "sine die", ou seja, não tem data. Então isso nós não temos como responder, porque não tenho, mas o que podemos dizer é que a gestão atual da Subsecretaria de Vigilância Sanitária tem intenção e, é o que estamos apresentando agora, porque temos que apresentar essa programação no Nível Federal e no Nível Estadual. Então é isso que apresentamos agora e a apresentação está calcada em modelo, mas é subdividida em ações na prática.

Portanto, foi o exemplo que eu dei quando o conselheiro Adelson Gunzburger perguntou sobre as ações dos quiosques de praia, é isso, pois não está escrito aqui que nós faríamos ações na praia, na semana santa, no carnaval, no rock in Rio. Isso não está escrito aqui, porque isso são desdobramentos dessas intenções, aqui você tem ações macro e aquilo ali vai ser atingido através de ações técnicas de cobertura, como agora está na mídia e é algo recente, mas que já vínhamos trabalhando internamente. A Superintendência de Vigilância em Saúde, a Vigilância Epidemiológica junto com a Vigilância Sanitária contactou por causa de um problema da água, porque teve um surto de hepatite no Vidigal. Então isso é algo que eclode, que aparece e que temos que tratar e está sendo tratado e a Vigilância Sanitária faz a sua parte em parceria junto com toda a cobertura, com toda a investigação que é feita pela Vigilância Epidemiológica. Enfim é isso, as ações são em prol da saúde da população, isso que nós vamos, montamos e tentamos cobrir. Sobre a pergunta do conselheiro Geraldo Batista, referente à questão dos TAC's – Termo de Ajuste de Conduta informou que, realmente, não tem esse fluxo, não tem essas informações, então ficará devendo, porque isso tem que estar bem especificado junto com a Vigilância Ambiental, já que é uma ação dessa Vigilância com a Saúde do Trabalhador que trabalhou diretamente nisso. A **conselheira Maria José Peixoto** fez uma pergunta fora do microfone que não foi captada. A **doutora Leila Rodrigues** respondeu que eles não têm informações para responder, porque não era o motivo da reunião, não era o motivo da exclamação. Em relação à pergunta da conselheira Miriam Andrade a respeito do atendimento da saúde do trabalhador, informou que existem as coordenações internas e os encaminhamentos dos acidentes de trabalho são feitos de um fluxo. Ressaltou que está falando do fluxo de uma maneira macro, porque não sabe detalhes do fluxo que está especificado em uma Portaria, mas houve uma mudança; mas é isso, o trabalhador da população, nós, se tivermos algum problema seremos atendidos no ambulatório, em um Centro de Saúde ou em uma OS's. Então o Profissional tem que estar treinado e, é isso que a Saúde do Trabalhador junto com a SUBPAV tem, porque um dos itens que ele falava sobre isso, tinha a SUBPAV envolvida que era fazer treinamentos, palestras, justamente para treinar o olhar do profissional de saúde que está atendendo aquele agravo. Além desse profissional saber discernir se aquilo ali está subordinado, se vem de um acidente de trabalho, se vem de um agravo repetitivo do trabalho do indivíduo ou não, porque se é que não tem nada, então não está relacionado ao trabalho. Isso no primeiro atendimento do Centro de Saúde, porque é ali que tem que ser treinado que o olhar tem que ser desenvolvido para poder captar. Uma vez captado, aí sim, ele tem que ser informado que tem que ser direcionado para os CEREST's, inclusive nós no final do ano passado inauguramos o terceiro CEREST, porque era um pedido antigo, porque realmente tínhamos dois CEREST's, um no Maracanã e outro na Presidente Vargas. Ressaltou que na Zona Oeste, toda a parte da Barra, tudo sem. Conseguimos inaugurar um agora em Bangu que fica um pouco mais perto, mas ainda é distante para muitos bairros que ficam distantes do município, mas foi isso que conseguimos encaminhar até agora. Informou que esses agravos uma vez notificados através da SUBPAV para a Saúde do Trabalhador fará com que os trabalhadores sejam atendidos nos CEREST's. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu pela participação. O **Secretário Executivo David Lima** informou que agora será feita a apresentação da CIST. O **conselheiro Jaciano Santiago** agradeceu a doutora Leila Rodrigues pelas duas apresentações. A **doutora Leila Rodrigues** disse que queria completar uma coisa que eles haviam colocado no mapa, mas um dos itens que ela chegou a passar diz respeito a CIST, porque existe um item nas atividades técnico-científicas que reza sobre a capacitação para os membros CIST na temática Saúde do Trabalhador aonde tem uma verba destinada para isso acontecer porque é um item de palestras técnico-científica para fazer essa capacitação que está dentro do Plano que os conselheiros

receberam. O **conselheiro Jaciano Santiago** pediu para fazer um comentário sobre tudo que ouviu, porque acha que o Controle Social, como já foi dito, mostrado e falado várias vezes por nós, é de extrema importância esse espaço e também as reivindicações, mas acha que temos que entender o que estão reivindicando, o que estão questionando porque às vezes nos perdemos nos Entes que estamos questionando. Isso é o primeiro ponto. Ressaltou achar que todos têm que aproveitar 2018 para, cada um, fazer uma análise pessoal do quanto nós realmente estamos sendo Controle Social, porque quando dois documentos são enviados pela Comissão Executiva, no início de dezembro para uma análise dos conselheiros. Então quando tem uma Apresentação, hoje, e ninguém deu retorno, significa que alguma falha tem aí, de cada um. Acha importantíssima a reivindicação, o questionamento dos conselheiros Geraldo Batista e Ludugério Silva quanto à discussão nos conselhos distritais. Entretanto, acha que desde o início quando foi enviado, poderia ter sido feita alguma ressalva, pois acha que é isso que temos que ter em mente para os próximos temas, outras questões. Finalizando, agradeceu. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que os conselheiros Marinaldo Silva e Maria José Peixoto estão pedindo direito de resposta e perguntou ao Secretário Executivo David Lima se cabe isso no Regimento. Este respondeu que tem que ler o Regimento. A **conselheira Maria José Peixoto** e o **conselheiro Marinaldo Silva** disseram que nomes foram citados. Surgiu uma discussão alongada, mas que logo foi contornada. O **Secretário Executivo David Lima** informou a Mesa que precisa ver esse detalhe, porque o Regimento está aí. A **Presidenta Fátima Lopes** estava para perguntar aos conselheiros Geraldo Batista e Miriam Andrade que compõe a Comissão Executiva, quando a **conselheira Maria José Peixoto** a interrompeu pedindo Questão de Ordem. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que para pedir Questão de Ordem antes tem que ler o Regimento. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que saúde é o direito de todos, mas o governo não dá esse direito para a população, então tem estar tudo regimentado, pois estamos ou não em uma democracia. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu calma. Disse que essa é a primeira Comissão Executiva desse pleito eleito, então os membros tiraram novas deliberações. Nova discussão. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que o Regimento será lido. O **conselheiro Alexandre Telles** fez a leitura do artigo dezoito, item nove. Após o término disse que entendeu que de maneira indireta foram citados, então pelo Regimento, um minuto para quem desejar falar. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que o Regimento fala do palestrante, então perguntou se a Comissão Executiva concordava em deliberar um minuto para falar. Outra discussão. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu aos membros da Comissão Executiva para deliberarem se acatam ou não. O **conselheiro Alexandre Telles** ressaltou que os membros da Comissão Executiva se reuniram até agora e a maioria decidiu que não cabe o direito de um minuto, por entenderem que não houve uma citação direta, porque teria que ser citados por nome. A **conselheira Maria José Peixoto** por discordar pediu nova Questão de Ordem, senão irá denunciar ao Ministério Público, porque tem que trabalhar de acordo com a Lei. Nova discussão. A **Presidenta Fátima Lopes** disse a todos que a Comissão Executiva já se reuniu e deliberou, mas o que a Mesa pode fazer é dar a Questão de Ordem. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** fez uma proposição para a Mesa consultar a Plenária para saber se tem ou não direito a voto, porque a Plenária é soberana. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que não, porque os membros.... A **conselheira Maria José Peixoto** interrompeu dizendo que a Comissão Executiva não é a dona da verdade, porque ela também erra. A **conselheira Miriam Andrade** disse que como membro da Comissão Executiva, foi deliberado o que já foi dito, mas a Plenária também tem o poder da decisão, certo Presidenta Fátima Lopes. Então encaminhou para a Plenária votar se o conselheiro Marinaldo Silva Santos terá um minuto ou não. Disse que isso é o que está escrito no Regimento. Portanto, conselheira Maria José

Peixoto nós temos que obedecer, infelizmente é o Regimento. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se a Comissão Executiva concorda em encaminhar para a Plenária. Mais uma discussão. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu um tempo. Reafirmou que essa Comissão Executiva foi eleita e a nova representação está presente, então houve uma reunião fechada com essa Comissão Executiva e a Presidenta estava presente. Por isso, os membros deliberaram certas regras e deveres que elegeram e incluíram dentro do Regimento como foi lido pelo Secretário Executivo. Prosseguindo, a Presidenta Fátima Lopes não pode ultrapassar o direito da Comissão Executiva porque é a Comissão Executiva que delibera, mas a Presidenta só preside e coordena a Mesa. Ressaltou que o conselheiro Alexandre Telles leu o Regimento, a Lei; então deliberou, mas agora eles estão deliberando que a Presidenta coloque para a Plenária, a proposta da Comissão Executiva e da Mesa. Então perguntou a Plenária se concorda que seja dado esse tempo aos conselheiros, porém isso não está na Lei nem no Regimento. Aplausos. Alguns membros da plenária pediram a Presidenta Fátima Lopes para colocar logo em votação, porém respondeu que primeiro tem que explicar. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** pediu Questão de Esclarecimento. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que não tem Questão de Esclarecimento, mas tem Questão de Ordem, mas a conselheira afirmou e perguntou para o Secretário Executivo David Lima que tem questão de esclarecimento sim. A **Presidenta Fátima Lopes** concordou. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** falou para todos que o Regimento reza em seu artigo 18: “se algum membro for citado”. Vejam bem, não reza que é nominal, porque como já foi citado, o palestrante é palestrante de forma geral, genérica, então qualquer um que vai falar no CMS/RJ é palestrante de forma geral, genérica. Disse que não está se referindo ao palestrante oficial, que chega ao CMS/RJ e faz sua palestra, então ele é o palestrante do momento. Quando foi citado, não foi citado que é nominal, então foi isso o que aconteceu com os conselheiros que, coletivamente, se sentiram citados. Então essa é a questão de esclarecimento com relação ao entendimento, ao crescimento. Finalizando, agradeceu. A **Presidenta Fátima Lopes** ressaltou que por deliberação da Comissão Executiva na Mesa está aberta a votação para o Pleno conceder, ou não, o direito dos conselheiros Marinaldo Silva e Maria José Peixoto falarem. Colocado em votação o pleno decidiu pela por maioria simples, com duas abstenções, o direito de um minuto para os conselheiros Marinaldo Silva e Maria José Peixoto falar. O **conselheiro Marinaldo Silva** novamente cumprimentou a todos. Disse que acha que essa questão de ditar formas para o conselheiro trabalhar, entenderam, é a mesma coisa que se colocassem um cabresto em cada um dos conselheiros para dizer que temos que fazer, de uma determinada forma os nossos deveres. Então entende que quando isso é encaminhado o que tem que ser colocado deve ser colocado no CMS/RJ, não tem que mandar nada por e-mail e por Whatsapp porque o que tem que ser discutido na Plenária tem que ser trazido para a Plenária, pois ninguém tem que mandar nada por outros meios e que isso também seja para o Plano Plurianual. Então que não tenha necessidade de se encaminhar, previamente, aquilo que se deseja emendar no Plano Plurianual, porque tem que ser trazido para o CMS/RJ para ser discutido e ser colocado num Plano, porque essa forma de funcionamento engessa os conselheiros que tem outros afazeres e não apenas o Conselho Municipal de Saúde. Porque não vivemos em função do Conselho Municipal de Saúde. Nós temos os nossos deveres para com o Conselho, porque nós somos conselheiros e temos as nossas responsabilidades. Agora, querer nos colocar no cabresto de uma forma de funcionamento, isso não. Acha que os conselheiros têm as suas responsabilidades, então tem que cumpri-las. O Conselho Municipal não tem dono, isso já não é a primeira vez, pois o dono do Conselho Municipal são os trabalhadores e o povo. É a esses que o Conselho tem que deliberar, conselheiros tem que chegar ao CMS/RJ e, cada um, fazer as colocações

necessárias aqui no Conselho. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu o favor para conselheira falar. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que ficou esperando ser anunciada para não dizer que está avançando. Entenderam porque no Conselho tem que se ter cuidado em tudo, mormente porque estamos vivendo nesse Conselho um controle sobre o Controle. Então não vou aceitar, em momento algum, nesse Conselho ou em qualquer lugar em que eu estiver que faça controle sobre as minhas falas. Sabem por que, se o Regimento Interno do Conselho reza que não se pode falar, a Constituição reza que nenhum trabalhador pode trabalhar sem receber seu salário. A Constituição reza que Saúde é um direito de todos e dever do Estado. Aplausos. Que antes desse Conselho tentar botar “bombar” na boca dos conselheiros, que cuidem de fazer passar política junto com os gestores. Estou falando isso há mais de um ano para que a gente possa atender melhor os nossos usuários do Sistema Único de Saúde. Não chegar numa Mesa e acharem que eles são os donos da verdade, porque nós votamos nessa Comissão Executiva. Eu não vim votar, mas outros votaram. Mas eu vou dizer uma coisa para os senhores, os conselheiros não vão se calar diante dos direitos dos trabalhadores e diante dos direitos dos usuários porque não há Regimento Interno que nos faça ficar calados. Está dado o recado, o governo tem que trabalhar e cumprir os seus deveres para poder falar dos conselheiros, mas no Conselho, eu, não admito que falem, pelo menos na minha função de conselheira nesse Conselho porque não estou presente para fritar bolinho e vender a banha, muito obrigada. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu à conselheira. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto **1.b**. Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da CIST 2018-2019, Planejamento Anual de Ações em Saúde do Trabalhador 2018. Antes de iniciar, a **conselheira Maria Angélica de Souza** agradeceu o empenho de toda a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador que contribuiu na construção desse Plano. Nesse momento, a **conselheira Maria Angélica de Souza** deu início à Apresentação pautada com slides e comentários. Com a finalização de sua Apresentação, a **conselheira Maria Angélica de Souza** apresentou o coordenador do Fórum Intersindical da Fiocruz, doutor Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, que foi convidado a falar. O **doutor Luiz Carlos Fadel** agradeceu a conselheira Maria Angélica de Souza pela oportunidade de falar. Disse que veio junto com outros companheiros que estão preocupados com questão da saúde do trabalhador no município do Rio de Janeiro. Ressaltou que vieram com uma atitude de muita reverência e respeito ao Conselho Municipal de Saúde. Informou que a reforma sanitária fez de melhor, foi de colocar a inclusão da participação do povo dentro da saúde, isso é uma política absolutamente singular, eles sabem disso já que é a política pública mais inclusiva. Esclareceu que não podem perder esse espaço de ocupação do aparelho de Estado pela população representada. Disse que todos estão passando por uma situação muito grave, porque a saúde do Município e do Estado do Rio de Janeiro, assim como do país como um todo é caótica e quem pode estabelecer alguma resistência por dentro da máquina, hoje, se chama Conselho de Saúde. Portanto, acha que esse é o espaço em que vieram, por causa de uma preocupação muito grande em relação à questão do trato com a saúde do trabalhador. Isso não é só um problema do Rio de Janeiro, mas aqui é mais grave e para os presentes terem uma idéia, a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, onde está abrigada a Saúde do Trabalhador recebe desde 2002 um bilhão e cem milhões de reais para gastar em saúde do trabalhador, mas não gastou um por cento desse valor. Informou que o Rio de Janeiro não gasta um centavo em saúde do trabalhador porque a gestão não favorece isso. Então é um estranhamento, realmente de vermos que a Vigilância Sanitária separou a Saúde do Trabalhador mais uma vez. Sugeriu ao Conselho Municipal de Saúde como formador de política, que solicite uma discussão com a Vigilância do Município para saber o que está acontecendo em relação a essa divisão, a esse estranhamento que

eles estão sentindo. É uma sugestão humilde que acha que trazem para o Conselho de Saúde em nome dos companheiros que vieram do Fórum Intersindical. Concluindo, disse que a reunião ordinária do Fórum Intersindical será no dia 26 de janeiro e estará presente o representante da CIST Nacional, também se farão presentes as Coordenadoras da CIST Municipal e Estadual, respectivamente as senhoras Maria Angélica de Souza e Luiza. Então será um belo encontro que será realizado no Sindicato dos Bancários. Finalizando agradeceu e se desculpou por qualquer coisa. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu a ele e também a conselheira Maria Angélica de Souza pela contribuição. Informou que a doutora Leila Rodrigues quer fazer uma consideração para ser colocada em votação. A **doutora Leila Rodrigues** pediu licença ao doutor Luiz Carlos Fadel porque achou que houve uma interpretação meio confusa, porque a Vigilância Sanitária não deixou de lado a Saúde do Trabalhador, muito pelo contrário, acha o que mostrou no Conselho Municipal foi exatamente o oposto, pois a Vigilância Sanitária acolheu e investe na Saúde do Trabalhador em todas as suas ações e tenta, através da equipe e de investimentos financeiros, fazer a Saúde do Trabalhador funcionar dentro da estrutura de atendimento de saúde da SMS. O fluxo de atendimento é que foi mudado um pouco, foi o que a conselheira Maria Angélica de Souza ressaltou que a doutora falou, um pouco, da questão do olhar do profissional de saúde que faz o primeiro atendimento. Hoje, em dia, temos uma produção de duas mil inspeções anuais da saúde do trabalhador dentro da Vigilância Sanitária. Então acha que isso é expressivo. Disse imaginar que tenha sido uma confusão, talvez da fala dela, que confundiu o doutor Fadel. Finalizando, agradeceu. A **Presidenta Fátima Lopes** também agradeceu e disse que todos os conselheiros já fizeram suas perguntas, pois houve as apresentações, discordâncias, conclusões etc., e que iria colocar em votação. Nesse momento o **Secretário Executivo David Lima** disse que na questão da CIST, acha que cabe algum esclarecimento em um assunto da fala da CIST. Por isso, queria usar a palavra para tentar esclarecer um pouco. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou aos Membros da Comissão Executiva se havia concordância. Os membros da Mesa sinalizaram a concordância. O **Secretário Executivo David Lima** disse que assim como cada ponto foi apresentado separadamente, mas eles têm a ver um com o outro, porque, hoje, a Vigilância Sanitária faz a parte de fiscalização encima da questão da saúde do trabalhador. A Vigilância Sanitária tem esse trabalho encima da fiscalização, então acha que falta a todos do Conselho cobrar, por parte da estrutura da Secretaria, mas isso já está sendo cobrado e colocado, como é que fica a parte da assistência, organizar melhor a questão da assistência a saúde do trabalhador, que com outro Órgão da Secretaria, que vai fazer isso, a princípio coloca que a SUBPAV, que é urgências e emergências, são encarregadas disso, mas acha que precisam trabalhar isso bem. Aí nesse momento vem essa organização da CIST, que eu conheço há algum tempo e há muitos anos não via essa tentativa de organização, de aflorar dessa forma, de ter mesmo alguma organização, de ter planejamento e tal. Isso é Mérito dos Membros da CIST, principalmente da coordenadora Maria Angélica, mas temos tentado e, eu tendo sido um pontinho nisso, uma coisinha de ajuda, no sentido porque não adianta nós querermos e não conseguir articular com quem deve ser articular para que as coisas aconteçam. É muito bacana todos os discursos feitos no Conselho, aquela coisa toda, mas na hora do vamos ver, no dia a dia é que nós veremos quem é que toca realmente. Então temos hoje algumas realidades, por exemplo, a realidade da Vigilância Sanitária Municipal é cruel, pois se os senhores forem olhar o orçamento Municipal da Vigilância Sanitária verão que o pessoal faz milagres com o dinheiro que recebem. Então eles têm que planejar muito bem encima desse dinheiro que recebem. Segundo, se nós conseguirmos encima disso, com que eles se comprometam com verba para a Saúde do Trabalhador, para desenvolver cursos, para ajudar a CIST nessa caminhada, acha que será um momento histórico, um

momento super importante no Conselho Municipal de Saúde. O **conselheiro Ludugério Silva** disse que isso é tudo que precisam. O **Secretário Executivo David Lima** também disse que isso é tudo que precisam. Então não podemos dar um passo atrás agora, mas sim colocar isso para frente. O **Secretário Executivo David Lima** externou seu respeito e sua admiração ao doutor Fadel, mas ressaltou que por enquanto é o que eles têm, mas querem construir a partir daí e cada vez mais para cima, inspirados em pessoas como o senhor, doutor Fadel, por exemplo. Informou que é muita a responsabilidade que eles têm para não jogar esse trabalho pelo ralo. Em seguida, pediu desculpas concluindo sua fala. A **Presidenta Fátima Lopes** novamente perguntou se podia colocar em votação, mas a **conselheira Maria José Peixoto** disse que havia dois inscritos, ela e o Secretário Executivo. Surgiu nova confusão entre os conselheiros sobre a inscrição. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou a conselheira Miriam Andrade, se eles estavam inscritos ou se não houve inscrição para o ponto 1.b. A **conselheira Maria José Peixoto** respondeu que se inscreveu junto com o Secretário Executivo, mas se a Mesa vai aceitar ou não. O **Secretário Executivo David Lima** confirmou que se inscreveu. A **conselheira Miriam Andrade**, da Comissão Executiva, respondendo, confirmou a inscrição dos dois. A **Presidenta Fátima Lopes** informou a todos que a Comissão Executiva cedeu à palavra a conselheira por um minuto, depois a conselheira Miriam Andrade irá concluir. A **conselheira Maria José Peixoto** agradeceu a presença do Professor Luiz Carlos Fadel da Fiocruz, porque é um ícone nas discussões de saúde do trabalhador, dessa política importante para os trabalhadores. Ressaltou que tudo o que foi dito pelo Professor Luiz Carlos Fadel está corretíssimo, todos sabem disso, então todos ficaram muito honrados de poder contar com a presença do Professor, hoje, na apresentação do trabalho em saúde do trabalhador que foi liderado pela conselheira Maria Angélica de Souza. Aplausos. Voltando para a conselheira Maria Angélica de Souza e para os outros Membros da Comissão da Saúde do Trabalhador, que estavam presentes como o Senhor Sílvio, disse da importância da CIST, porque a coordenadora e conselheira Maria Angélica de Souza se cansa de insistir em chamar para a reunião da CIST. Voltou a falar o que exatamente disse antes: os conselheiros não têm que buscar o dinheiro, mas sim fazer propostas, propor, requerer, fazer cumprir os direitos dos trabalhadores, pois os trabalhadores têm o direito de serem protegidos. Então é nesse sentido que existe a política de saúde dos trabalhadores e, é nisso que temos que trabalhar e não dizer: “você vai fazer recurso, você vai fazer recurso”, porque é o Poder Público que tem obrigação e o dever de ter recursos para a saúde do trabalhador. Encerrando sua fala, disse que está muito chateada, hoje, na Plenária do Conselho, porque não chegaram a uma discussão, porque estão levando alguma coisa com pedra, com dificuldade, pelo menos ela percebeu que é muito, mas está levando alguma coisa boa, pois o que está se trazendo para o Conselho, através da conselheira Maria Angélica de Souza, é uma Via Crucis do Professor Luiz Carlos Fadel e sua equipe para todos, para discutir com os conselheiros municipais à saúde do trabalhador. Pediu ao Professor Luiz Carlos Fadel para voltar sempre com sua equipe ao Conselho Municipal de Saúde, porque é uma honra para todos, pois ninguém tem que impedir a fala de ninguém no Conselho Municipal de Saúde, muito menos a do professor Luiz Carlos Fadel. Finalizando, agradeceu. Aplausos. Por precaução, já que por duas vezes havia tentando, a **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se não tinha mais alguém inscrito. Não tinha, pois ninguém se manifestou. Então perguntou pela terceira vez se podiam colocar em votação. A **conselheira Maria José Peixoto** perguntou o que seria colocado em votação. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que eram os pontos 1, 1.a. e 1.b., ou seja, as três apresentações. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que em bloco não, mas sim individual, mas a **Presidenta Fátima Lopes** disse que foi apresentado no intuito de discussão para aprovar em bloco, porque os três foram discutidos. Por isso, é que são 1, 1.a. e 1.b. A **conselheira**

Maria José Peixoto disse que devem aprovar separadamente por serem assuntos diferentes. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que os assuntos não são diferentes. Surgiu então pequena confusão. A **conselheira Maria José Peixoto** insistiu que são sim, porque está falando em dinheiro. O **conselheiro Geraldo Batista** disse para a conselheira Maria José Peixoto que o esquema pode ser diferente, mas o assunto é um só, então se aprovar em bloco aprovará também o esquema ou não se aprova nada, pois são três esquemas, mas dentro de um Plano. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou aos Membros da Comissão Executiva, em especial ao conselheiro Geraldo Batista, se podia continuar. O **conselheiro Geraldo Batista** disse para a Presidenta Fátima Lopes que ela tinha que chamar a atenção na hora em que alguns estavam discursando. A **Presidenta Fátima Lopes** explicou que não estava chamando a atenção do conselheiro Geraldo Batista, mas sim pedindo a colaboração. Em seguida, perguntou se podem colocar a votação em bloco. Como houve concordância do Pleno foram colocadas em votação as três apresentações: 1, 1.a. e 1.b. Nesse momento, a **conselheira Maria José Peixoto** perguntou se é tudo no conjunto. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que sim, em bloco, pois a Plenária sinalizou a favor. Iniciou-se a votação cujo resultado foi à aprovação por maioria simples com duas abstenções, sendo que a **conselheira Maria José Peixoto** pediu declaração de voto de justificativa por não ter votado. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu o favor para a conselheira fazer a declaração. Os Membros da Mesa informaram à conselheira que teria só um minuto para fazer a declaração de voto. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que não votou contra, porque não poderia falar então se absteve. Declarou que não teria votado no ponto 1, mas votaria nos pontos 1.a. e 1.b e, como não quer votar no “pai” também não votou nos “filhos”. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto três: Fatos ocorridos na Policlínica Rodolpho Rocco (antigo PAM Del Castilho), a pedido da Comissão de Saúde Mental - 20 minutos. Em seguida, chamou o conselheiro Marinaldo Silva Santos para falar. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse há muito tempo atrás, em setembro de 2017, foi feita uma queixa, uma denúncia pelo conselheiro Geraldo Batista ao Conselho Municipal, na qual dizia que um usuário da Policlínica Rodolpho Rocco havia sido morto no local, na emergência da Policlínica. Essa denúncia foi encaminhada para a Comissão de Saúde Mental, da qual o conselheiro Marinaldo é o coordenador. Então os membros dessa Comissão têm trabalhado no sentido de melhor esclarecer, o que de fato, aconteceu com esse usuário na Policlínica Rodolpho Rocco. Ressaltou que o irmão do usuário, da vítima, se encontra presente e se chama Jorge Grama, inclusive, mais tarde, irá fazer o relato de como as coisas se sucederam desde o atendimento ao irmão até hoje, como as coisas se encontram, qual foi o papel da Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro nessa questão, como a SMS se comportou diante dessa denúncia, desse caso. Ressaltou que estão presentes para poderem discutir sobre isso. Prosseguindo, fez um protesto contra o Conselho Municipal de Saúde na sua coordenação, porque o conselheiro Geraldo Batista trouxe um documento que ele havia solicitado. Ressaltou que o documento foi entregue a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, na sala 624, desde o dia treze de dezembro, mas só hoje recebeu o documento para fazer a leitura no CMS/RJ. Ressaltou ainda que os membros da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde têm os seus contatos, então poderiam ter dito: “Marinaldo, o Geraldo deixou aqui um documento para você”. Mostrou a todos a data em que o conselheiro Geraldo Batista entregou o documento aos membros da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, inclusive consta a assinatura do conselheiro Geraldo Batista com a seguinte frase: “de Geraldo para Marinaldo, 13/12/2017”. Então o documento foi entregue no ano passado e praticamente já tem algum tempo. Prosseguiu informando que era um documento que os membros da Saúde Mental precisavam ter em mãos, porque se trata da investigação feita pela

delegacia de polícia a partir dos relatos feitos pelos servidores do município que atenderam nessa policlínica o rapaz que foi morto. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** convidou o senhor Jorge Grama, irmão do morto, para fazer o relato. Ressaltou que inclusive o coordenador de Saúde Mental, Dr. Hugo está presente e poderá fazer uso da palavra quando for o momento para poderem discutir, de fato, o que aconteceu e porque tanta dificuldade nos esclarecimentos. O **Secretário Executivo David Lima** disse que a Secretaria Executiva gostaria de um minuto para falar, porque foi citada de forma que atingiu a dignidade dos servidores que lá trabalham. A **conselheira Maria José Peixoto** respondeu que só depois ele poderá falar por causa do Regimento. A **Presidenta Fátima Lopes** quebrou o protocolo para agradecer as presenças da doutora Leila e da senhora Sylvia Ripper, agradecendo-as, pois serão sempre bem vindas ao CMS/RJ, assim como todos da equipe da Vigilância Sanitária. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que não pode quebrar o protocolo está no Regimento. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se a Mesa concorda que a Secretaria Executiva. Nesse momento, sua fala é interrompida pelos **conselheiros Alexandre Telles e Miriam Andrade** informando que o Secretário Executivo só poderá falar no final da pauta. A **Presidenta Fátima Lopes** disse ao Secretário Executivo David Lima que a Mesa está solicitando que o senhor Jorge faça uso da palavra e, logo depois o Secretário Executivo poderá fazer a defesa dos Membros da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que não se trata de defesa, mas sim um esclarecimento e que, inclusive, será rápido. A **Presidenta Fátima Lopes** concordou, mas a **conselheira Maria José Peixoto** disse que ele precisa cumprir o que está no Regimento Interno. Ele respondeu que está tudo bem. O **conselheiro Geraldo Batista** disse para a conselheira Maria José Peixoto, que ela quebra o regimento a toda hora; então o que custa deixá-lo falar. A **conselheira Maria José Peixoto** respondeu para lerem o artigo dezoito do Regimento Interno. Nova confusão. A **Presidenta Fátima Lopes** avisou que foi deliberado, mas o Secretário Executivo David Lima não entendeu que só depois poderia falar. Falando para o Senhor Jorge Grama, perguntou se ele estava providenciando o documento. Ele respondeu que trouxe. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu para a Presidenta Fátima Lopes que na hora que a Mesa achar que ele deve falar, será a hora que falará, mas se a conselheira Maria José Peixoto quiser, ele falará agora. A **conselheira Maria José Peixoto** respondeu que ele não pode, porque faz questão de que o Regimento seja cumprido. Nesse momento, a **Presidenta Fátima Lopes** chamou o irmão da vítima para falar. O **senhor Jorge Grama** cumprimentou a todos e informou que é o irmão do Cosme Martins Grama, o qual já foi citado que apareceu morto na Policlínica Rodolpho Rocco, conhecida popularmente como PAM Del Castilho. Ele traçou um perfil de como era o seu irmão. Era uma pessoa religiosa desde 1977. Mostrou uma foto para dizer que ele gostava de andar bem trajado, social. Era professor, dava aula da Bíblia. Esclareceu que na comunidade, inclusive, o seu irmão não era reconhecido como uma pessoa doente mental porque ele exercia o seu trabalho normalmente como qualquer pessoa, que esteja presente, exerce seu trabalho. Apenas era um empreendedor, construiu uma loja para trabalhar como barbeiro profissional, pois gostava dessa profissão, tanto que na comunidade ele cortava o cabelo de muitas pessoas, inclusive de pessoas da comunidade religiosa, que, em sua maioria só cortavam cabelo com ele. Então seu irmão não era considerado como pessoa doente, como desequilibrada. Ressaltou que na história de seu irmão, nunca teve nenhum indício e nenhuma tentativa de que ele queria cometer suicídio. Relatou um fato que aconteceu há uns vinte anos atrás Ele, o senhor Jorge, estava viajando. Portanto, não se encontrava no Rio de Janeiro, quando já longe, soube que havia acontecido um trágico acidente de carro com sua irmã, que fez com que ela fosse levada a um hospital. Então quando seu irmão Cosme chegou ao hospital, deparou com a situação da sua irmã em estado de

coma, com sangue saindo pelo ouvido e pela boca e como estava sozinho entrou em choque. Daí em diante seu irmão começou a fazer o tratamento contra a depressão, mas os médicos conversando com ele, disseram-lhe que era uma pessoa normal, só tinha que fazer o tratamento. Informou que depois de um tempo, seu irmão não quis tomar o remédio, então quando ele não tomava o remédio o sintoma de que não estava bem, era sair, querer andar, porque ele tinha uma vontade imensa de andar. Então andar era o único surto que dava nele, mas não agredia ninguém, inclusive a parte financeira da família da mãe deles, era ele que resolvia tudo. Isso é para que todos tenham um quadro de como ele era. Então por ele não tomar o remédio direito, pois nunca pensou que ele tomou, um dia ele saiu, porque o senhor Jorge não imaginava que seu irmão fosse sair. Então quando ele foi ver, seu irmão estava no Centro da Cidade do Rio, mas antes chegaram a procurá-lo perto de Campo Grande, onde moram que fica perto de Santa Cruz, área do conselheiro Geraldo Batista. O senhor Jorge disse que dois amigos seus que trabalham no Centro, passando no local que fica próximo de uma delegacia, viram seu irmão conversando com bombeiros, então pararam o carro rapidamente para conversarem com ele, mas eles perceberam que ele estava meio desorientado, isso porque ele não estava tomando o remédio direito. Então ele reconhecendo os dois conversou com eles e, nessa conversa perguntaram se poderiam levá-lo para casa. Imediatamente eles entraram em contato com o senhor Jorge dizendo-lhe que seu irmão estava ali. Então o senhor Jorge ligou e falou com os bombeiros para que aguardassem um pouco, porque iria buscar seu irmão. Os Bombeiros responderam que ele não poderia fazer isso, porque receberam uma ordem para levar o irmão dele para alguma unidade hospitalar. O **senhor Jorge** respondeu que um de seus amigos repassaria o seu contato para os Bombeiros, mas ressaltou que seu irmão estava em perfeitas condições, não tinha sinal de espancamento, tortura ou algo parecido. Inclusive tem duas testemunhas que viram que ele estava normal. Reafirmou que os Bombeiros repassaram para ele o seguinte: “não vem não, não pode, tem que levar ele para um hospital, recebi ordem, tenho que cumprir”. O **senhor Jorge** disse que quando o Bombeiro soubesse para qual local ou hospital iriam levar seu irmão, que o avisassem. O Bombeiro respondeu que não sabia para onde iriam levá-lo, porque não tem vaga, mas o Bombeiro ligou para o Hospital Lourenço Jorge, mas não tinha vaga. Depois quando era quase nove horas da noite, o Bombeiro ligou para ele e disse que iriam levar seu irmão para a Policlínica Rodolpho Rocco, então ficaram esperando se realmente os Bombeiros iria levá-lo para essa unidade. Portanto quando eram, mais ou menos, umas dez horas da noite, a **doutora Cintia** ligou para ele desejando uma boa noite e perguntou se ele era o senhor Jorge e se tinha parentesco com o senhor Cosme. O **senhor Jorge** confirmou seu nome e disse que era irmão do senhor Cosme. A **doutora Cintia** respondeu que seu irmão estava bem, estava calmo, tranquilo. O **senhor Jorge** perguntou a doutora Cintia se ele já estava de alta. A **doutora Cintia** respondeu que ainda não havia dado alta, repetindo que ele estava bem, calmo e tranquilo, mas seria bom que o senhor Jorge viesse até a Policlínica para buscar seu irmão. O **senhor Jorge** perguntou a doutora se realmente seu irmão estava bem porque se fosse até a policlínica chegaria às onze e meia ou meia noite. Ressaltou que a área da policlínica é de risco, perigosa, quem conhece sabe, inclusive seu cunhado é policial militar e trabalha nessa área. Disse que têm muitos conhecidos que moram e que moraram ali e sabem que essa área é perigosa. Informou que na ocasião em que estava conversando com a doutora, esses conhecidos estavam em sua casa. Então comentaram que se ele está bem iriam buscá-lo de manhã para não arriscar a vida à noite, em local perigoso que não conhecem. A **doutora Cintia** respondeu que poderiam buscá-lo à noite, bastava colocar no GPS e vir. O **senhor Jorge** respondeu que o GPS também indica local errado, porque o que mais vemos em reportagens, são pessoas que usaram o GPS e acabaram dentro da favela e foram

fuziladas. Então como não conhecem a área e meu irmão está bem. A **doutora Cintia** interrompendo, disse para colocar no GPS, porque está esperando por ele na Policlínica ainda hoje. O **senhor Jorge** disse que achou meio estranha a fala da doutora, pois parecia que era igual a uma intimação policial, para ele ter que ir até lá, pois parecia que alguma coisa estava acontecendo com seu irmão. Então quando acordou às quatro horas da manhã, acha que uns cinco minutos depois a **doutora Cintia** ligou para ele e disse: “Jorge eu estava te esperando ontem”. Ele respondeu: “você não lembra que falei para a senhora que, por questão de segurança, a gente viria hoje”. Ela disse: “venha logo”. Ele respondeu: “eu já estou indo, estou me arrumando”. O **senhor Jorge** afirmou que chegou a Policlínica de carona junto com outro irmão seu e mais um colega, então para todos verem como a região é perigosa, quando chegamos à portaria da Policlínica os seguranças ficaram com medo e entraram para dentro da unidade, pois parecia que a mesma seria invadida. Então os seguranças perguntaram: ‘o que é’, então cochicharam nos ouvidos deles. Ressaltou que não percebeu essa cena, porque sua finalidade era buscar seu irmão. Foi quando a doutora Cintia junto com outro médico psiquiatra, de quem não lembra o nome. Quem conhece a Policlínica Rodolpho Rocco, sabe que tem um corredor comprido e com salas, pois é uma coisa improvisada. Então levaram o senhor Jorge e os dois que o acompanhavam, por esse corredor, procurando seu irmão de sala em sala. Então uma pessoa disse que seu irmão estava em um local. Entrando, tinha uma pessoa limpando a sala e pediram o favor, dela sair, porque iriam sentar para conversar com o senhor Jorge. Os três entraram na sala e a doutora falou: “seu irmão veio aqui ontem, veio muito bem, estava muito bem, muito calmo, tranquilo. Inclusive percebemos que ele veio de uma família bem tratada, tanto que ele falou que queria ir para casa, mas como você não veio, falei com ele que você iria pegá-lo outro dia, viu, foi isso que eu fiz. Mas infelizmente eu tenho que dar uma notícia trágica e muito triste para você”. O **senhor Jorge** disse que quando ela falou isso imaginou o pior, foi quando a doutora Cintia falou que seu irmão foi encontrado morto, enforcado no banheiro da Policlínica. Ressaltou que achou estranho isso, porque seu irmão nunca teve histórico de tentativas de suicídio, nunca comentou que estava triste de viver ou algo assim, pois era investidor e gostava muito de viver. Inclusive o que seu irmão mais gostava era de passear, independente do que houve. Saía muito para Shopping e também ia muito à praia, tanto que seus sobrinhos o chamavam dizendo: “tio vamos ao Shopping, vamos”. Ele ia correndo, mas o senhor Jorge não, porque não era muito de sair, mas seu irmão gostava muito de viver e fazer as coisas. O **senhor Jorge** disse que, por isso, não acreditou muito nesse relato, tanto que falou com a doutora que seu irmão nunca teve histórico de tentativa de suicídio. Perguntou a doutora se não foi outro paciente que fez isso com ele e, ela respondeu que não, porque todos os pacientes estavam contidos. Disse que após dar a notícia para eles, os psiquiatras foram embora, deram no pé. Indignado perguntou onde estava a diretora dessa Policlínica. Cadê o acolhimento, pois eles deram a notícia e foram embora, mas eles, o senhor Jorge e o seu outro irmão e um colega, ficaram um tempo nessa unidade, mas em nenhum momento teve um acolhimento, uma atenção para eles, ainda mais, no caso, do choque que levaram. Ressaltou que todos os presentes já viram em suas casas o que acontece nesses casos, pois é mandado um psicólogo para atender o parente da vítima de acidente, isso acontece em aeroporto e em vários lugares para atender, mas na Policlínica Rodolpho Rocco só deram a notícia e mandaram que eles se virassem. Esclareceu que ficou na unidade até o rabeção chegar às onze da manhã. Por isso, essa falta de acolhimento começou dentro da Policlínica, tanto da parte dos psiquiatras como da diretora da unidade, cujo nome, se não está enganado se chama doutora Márcia, pois ela deveria ser a primeira pessoa a dar atenção. Ressaltou que está falando isso, porque já acompanhou muitos casos de pessoas, que saiu de seu ambiente de trabalho para dar atenção a outra pessoa afligida. O **conselheiro Marinaldo Silva**

Santos pediu para ele concluir, mas ele pediu o favor, para deixá-lo concluir, porque sua fala pode servir de incentivo para melhorar o sistema de saúde, senão puder falar como é que vai melhorar o sistema de saúde. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que isso é evidente. O **senhor Jorge** falou que disseram que o procuraram e não o acharam, mas não é verdade, porque se encontrava na Policlínica e toda hora vinha um funcionário para procurá-lo para saber onde estava. Então na hora em que a doutora Márcia chegou à Policlínica ele estava presente, inclusive tem prova que a doutora estava nessa unidade. Informou que tempo depois soube que o caso estava em andamento, inclusive foi questionado em uma reunião do CMS/RJ. Então a doutora Márcia ligou para ele, mas ele já questionou isso. Sobre as fotos, disse que bem antes de chegar, pessoas muito próximas a sua família se encontravam próximo a policlínica tirando fotos para lhe entregar de forma urgente. Ressaltou que as fotos mostram que seu irmão não se suicidou, ao contrário, as fotos mostram que houve um homicídio, pois seu irmão foi executado dentro da Policlínica, essa é a realidade. Disse que está de posse das fotos que lhe deram e são muitas, inclusive tem as fotos que ele mesmo tirou do caixão. Ressaltou que no Conselho tem pessoas da área médica que entenderão o que vai mostrar e falar. Foto 1: mostra o chão com quantidade grande de sangue que saiu do corpo de seu irmão. Comentário: disse que o corpo de uma pessoa adulta tem cinco litros de sangue, mas pela característica da foto os cinco litros já saíram, mas basta à perda de dois litros de sangue para a pessoa perder a consciência. Foto 2: mostra que as costas de seu irmão estava suja de sangue. Comentário: isso indica que ele estava deitado no chão e alguém o levantou, porque pela quantidade de sangue que ele perdeu não teria condições de se levantar, pois estava inconsciente ou talvez morto. Qualquer pessoa que estuda medicina sabe disso, um médico sabe disso. Foto 3: mostra seu irmão ajoelhado ao lado de um fio e uma camisa, que estavam encharcadas de água. Comentário: como é que seu irmão iria se levantar para pegar uma camisa e enrolá-la em um fio, porque aparentemente o fio e a camisa estavam encharcados de água, até mesmo com propósito de simular um choque elétrico. Além disso, ele estava ajoelhado; então com é que uma pessoa vai se enforcar estando ajoelhada no chão. Foto 4: depoimento na Delegacia. Comentário: informou que no depoimento na Delegacia a que teve acesso, teve que pedir uma cópia que diz que seu irmão foi pendurado. No dicionário da língua Portuguesa, pendurado, nesse caso, significa que a pessoa está suspensa, mas seu irmão não estava pendurado, mas ajoelhado. Portanto, era para eles falarem que seu irmão estava ajoelhado no chão. Então já houve uma falha nessa investigação, porque o senhor Jorge estudou e pesquisou todo o inquérito. A realidade é que mataram seu irmão dentro da Policlínica Rodolpho Rocco, disso ele não tem dúvida e nem está questionando. Desde o início que aconteceu isso, eles não viram nenhuma preocupação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em ligar para falar sobre o problema com os familiares. Inclusive também alguém da Policlínica, talvez a diretora ou outro responsável, poderia ligar e dar uma assessoria para a família. O **senhor Jorge** esclareceu que vieram até a Prefeitura onde tiveram algumas reuniões. Ele junto com o seu advogado e o conselheiro Geraldo Batista tiveram uma reunião com o doutor Hugo, que está presente e pode testemunhar que disse a eles que ia criar uma sindicância com pessoas que não fossem da área dessa unidade, para não dar idéia de corporativismo. Relatou que o doutor Hugo falou que não passa a mão na cabeça de ninguém, seja médico ou quem for. Também falou para ele ir à ouvidoria junto com sua assistente, do qual não lembra o nome para protocolar, então foram. A **assistente** disse para a chefe da ouvidoria que era para fazer uma investigação desse caso. A **chefe da ouvidoria** alegou que a assistente sabia muito bem que a ouvidoria não faz investigação. A **assistente** respondeu para o doutor Hugo que era para fazer. O **senhor Jorge** disse que perceberam um corporativismo, um encobrimento querendo que o caso não seja investigado. Isso é

a realidade que começou na ouvidoria. Quando foram embora, a menina que os atendeu, veio ao encontro deles perguntando quem os mandou para a ouvidoria. Indignado, o **senhor Jorge** indagou por que ela estava muito preocupada com quem havia mandado em vez dela estar preocupada com a situação grave que aconteceu com seu irmão dentro da Policlínica. Então parece que essa menina foi se informar se foi mesmo o doutor Hugo que os enviou. Depois o **doutor Hugo** falou que ia ligar para eles para dizer que ia ser uma coisa transparente. O **senhor Jorge** informou que tentou entrar em contato com o doutor Hugo várias vezes, mas não conseguiu, porque disseram que ele não estava em seu Gabinete, pois quem atendia, eram outras pessoas, mas não davam uma resposta concreta sobre essa sindicância de pessoas de longe, mas ninguém dava resposta. Então ficaram esperando, o tempo foi passando, os meses foram passando e ninguém ligava para dar um acolhimento para eles. Portanto, eles não tiveram acolhimento de nenhum lado da Prefeitura, porque não houve interesse, e tiveram que implorar para analisarem o caso do seu irmão. Ressaltou que acha que a área de saúde da Prefeitura é que deveria ligar para eles e se interessar pelo caso, mas não fizeram isso. Informou que um funcionário, que trabalha no Gabinete do doutor Hugo, disse a eles que isso era da área do Méier. Então o **senhor Jorge** ligou para o conselheiro Manoel João de Santana, que dizendo que era para o Senhor Jorge falar com a doutora Giane. O **senhor Jorge** respondeu que não estava entendendo o porquê de ter que falar com a doutora Giane, pois lhe disseram que era o conselheiro que estava fazendo essa sindicância. O **conselheiro Manoel João de Santana** respondeu que não estava sabendo disso, mas quem falou estava mentindo. O **senhor Jorge** respondeu que iria dizer o nome da pessoa que falou que era o conselheiro que estava fazendo essa sindicância, porque se tiver que afirmar mais a frente, falará. O **conselheiro Manoel João de Santana** disse que ia ver isso e depois ligaria para ele, mas não ligou. O **senhor Jorge** retornou a ligação para o conselheiro e disse que gostaria ir ao CDS da AP-3.2 para conversar sobre o caso do seu irmão. Informou que uma conselheira, da qual não lembra o nome, havia se encarregado de levar o processo ao CDS da AP-3.2 para entregar ao Presidente, foi o que ela fez depois. O **conselheiro Manoel João de Santana** respondeu que ele não poderia vir ao CDS da AP-3.2, sem falar primeiro com a doutora Giane, mas ele não disse qual o assunto que ela queria falar, apenas disse que a doutora queria falar algo para ele. Ressaltou que o pessoal do Gabinete da doutora Giane não ligou para ele, inclusive não sabia que a doutora Giane tinha alguma coisa a ver a respeito desse caso, então ele que teve que ligar. A muito custo conseguiu falar com a doutora Giane, porque parece que foi a senhora Mônica que o mandou ir para o Gabinete. Junto com ele, foram o seu advogado e também os conselheiros Geraldo Batista e Marinaldo Santos, então ao chegarem ao Gabinete ficaram sabendo que estava sendo feita uma sindicância. Só que essa sindicância estava sendo feita diretamente por pessoas da própria Policlínica Rodolpho Rocco, incluindo a própria doutora Márcia que é a diretora dessa unidade. O **Senhor Jorge** disse o que o doutor Hugo havia dito, para eles, que seriam pessoas de fora da unidade que fariam a sindicância. Ressaltou que o doutor disse isso, até mesmo para passar uma segurança de que seria uma sindicância tranquila, independente e que faria com que todos ficassem tranquilos por saberem que alguma coisa seria investigada. Então achou que seria uma sindicância mais séria, só que não foi, pois não foi conforme o doutor Hugo falou, porque foram exatamente às pessoas que o senhor Jorge achou que não poderiam fazer, foram as que fizeram essa sindicância. Prosseguindo, o **senhor Jorge** disse que quando ocorre um crime em uma Delegacia ou acontece um desvio de conduta, quem faz a sindicância não é o pessoal da Delegacia porque o pessoal do Ministério Público manda a Corregedoria da Polícia Militar, localizada no Centro do Rio de Janeiro, enviar um grupo de policiais para fazer a sindicância. Ressaltou que eles já sabiam que a sindicância, de seu irmão, havia sido feita,

concluída, inclusive ele e seus familiares não foram avisados e parece que nem o conselheiro Marinaldo Santos sabia. Portanto, quando a sindicância foi terminada, os familiares não tiveram acesso. Então onde está a Lei da Transparência. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu para que concluísse, porque acha que têm mais pessoas para falar. O **senhor Jorge** disse que levou o caso ao Ministério Público e também para a Comissão de Direitos Humanos da OAB, onde o Advogado Marcelo Chalréo pegou o caso, porque achou que era um caso interessante e preocupante, inclusive ele ficou com as fotos e com o processo, inclusive criou um processo. Disse que ontem esteve em reunião, por duas vezes, com o advogado Marcelo Chalréo e falou para ele da reunião ordinária do CMS/RJ que aconteceria hoje, então depois que a reunião no CMS/RJ terminar o senhor Jorge irá fazer uma reunião com os membros da OAB. O **senhor Jorge** ressaltou também que esteve no Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Então ele, como família, está correndo atrás para resolver esse caso, mas o que é que a Prefeitura está fazendo nesse aspecto; onde está o acolhimento e a atenção com o caso do seu irmão. Finalizando, agradeceu e a Presidenta retribuiu o agradecimento. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que como foi acordado passará para o ponto sete: Informes da Secretaria Executiva - **10** minutos. Chamou um a um, dos inscritos, para falar. O **Secretário Executivo David Lima** disse que a Comissão de Saúde Mental se reuniu para tratar desse caso, então encaminhou o processo para a Comissão Executiva que logo de cara encaminhou para o doutor Hugo para saber o que estava para ver logo essa coisa toda. Informou que o doutor Hugo respondeu encaminhando, que no dia dezoito de agosto de 2017, na página treze do Diário Oficial, estava publicada a Comissão de Sindicância para fazer a sindicância sobre o caso. Ficamos sabendo também que já tinha sido aberto o inquérito policial, então a Comissão Executiva achou por bem encaminhar o caso para a AP-3.2 acompanhar, pois entendeu que era o que cabia ao Conselho Municipal nesse momento. Depois na última reunião do Conselho Municipal o conselheiro Marinaldo Silva Santos disse que a Comissão de Saúde Mental pediu para trazer o caso para a reunião do Conselho Municipal e tal. Então levamos, de novo o caso para a Comissão Executiva que pediu ao CDS da AP-3.2 para enviar a documentação de volta, assim eles fizeram e hoje estamos reunidos. O **Secretário Executivo David Lima** disse que agora falará sobre os informes da Comissão Executiva. Disse que pessoalmente ficou satisfeito com a informação dada pelo senhor Jorge, de que ele tomou as providências que tinham que ser tomadas mesmo, porque ele buscou a OAB, buscou o Ministério Público, buscou a Polícia e tem que buscar todos os meios, inclusive se achar. Concluindo, disse que o que falará para o senhor Jorge é uma opinião pessoal, uma contribuição pessoal sua. Retomando a fala, disse que o senhor Jorge achar que os atos dessa Comissão de Sindicância não chegou a lugar nenhum. Se achar que os atos do inquérito policial não chegou a lugar nenhum, então ele tem que recorrer novamente a esses Órgãos, porque esses Órgãos são capazes de acompanhar e pressionar para que a verdade dos fatos venha, realmente, a tona. Reafirmou que ficou satisfeito de ouvir essas providências, porque no seu modo de ver, ao Conselho cabe somente acompanhar tudo isso. Infelizmente, o Conselho Municipal não tem esse poder de agora de dizer “olha”, infelizmente, esse é o poder do Conselho. Sugeriu ao senhor Jorge que, talvez, buscasse o CREA também, por ter médicos envolvidos nesse caso, mas não sabe se tem médicos. A plenária informou ao Secretário Executivo dizendo que é para procurar o CREMERJ. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que se enganou e pediu desculpas ao pessoal do CREA e do CREMERJ pela troca. Corrigindo sua frase, disse que o senhor Jorge deve, de repente, procurar o CREMERJ também para ver se acompanham esse caso. Ressaltou que teve um Órgão da lista do senhor Jorge, o qual não sabe se esse Órgão já fez isso. Como não sabe, quer ouvir da Comissão Executiva e da Saúde Mental para ver se tem

alguma proposição, alguma coisa. Informou que o doutor Hugo também está querendo fazer uso da palavra, pois está totalmente envolvido nesse caso. Ressaltou que todo o relato do doutor Hugo e da Comissão de Saúde Mental foram anexados ao documento. Em relação a tudo que aconteceu só tem a lamentar muito pela dor do senhor Jorge e sua família. O **conselheiro Jaciano Santiago** informou ao senhor Jorge que todos são sensíveis a perda que ele e seus familiares sofreram e que Deus conforte a todos. Disse que irá fazer três comentários porque o doutor Hugo falará sobre os trâmites que estão ocorrendo. Primeiro e segundo comentários: falta de acolhimento e apoio: Ressaltou que o senhor Jorge fez um questionamento sobre a falta de acolhimento para ele e seus familiares, depois lamentou pela falta de apoio da SMS após o primeiro contato feito. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que irá verificar junto a partes o ocorrido, porque realmente essa falta de acolhimento, frente a um momento de dor dessa natureza não pode realmente ocorrer. Esclareceu que essa verificação não irá mudar o quadro, mas é importante e fundamental, nesse momento difícil, que a família receba esse apoio. Reafirmou que irão fazer a verificação. O **senhor Jorge** disse que a repórter da rádio CBN fez uma reportagem de dez minutos sobre o caso de seu irmão, depois remeteu um arquivo de fotos para a SMS. Entretanto, mesmo depois da repórter ter remetido as fotos e ter falado do caso que saiu na imprensa, mesmo assim a SMS não retornou para dar o acolhimento a sua família. Informou que mesmo depois de ser noticiado na imprensa, no Portal G1 e na Rádio CBN não houve o acolhimento. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que eles irão checar esse fato, inclusive o doutor Hugo irá falar. Informou a todos, que enquanto Gabinete, eles têm acompanhado os trâmites que estão ocorrendo desde que o fato foi narrado pelo doutor Hugo e sua equipe, então o Gabinete tem ciência dos trâmites que o doutor Hugo e sua equipe estão levantando, porque eles estão fazendo a sindicância e o inquérito policial, mas irá deixar que o doutor Hugo fale sobre esse ponto. Deixou claro para o Senhor Jorge que irão reforçar a questão da falta de acolhimento e apoio. Terceiro comentário: Ouvidoria e corporativismo. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que o último comentário é com relação à Ouvidoria, quando o senhor Jorge falou do corporativismo. Prosseguiu dizendo que entende a interpretação do senhor Jorge porque foi feita no momento de dor que ele traz consigo, mas acha que, talvez, teve uma colocação errônea com relação à orientação dada para se dirigir a ouvidoria para fazer uma investigação. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que não estava presente, mas entendeu que não compete à ouvidoria fazer investigação. Por isso, a pessoa da Ouvidoria recusou. Então quando a pessoa da Ouvidoria falou: “não é aqui, quem mandou para cá”. Não é no sentido de corporativismo, mas no sentido de dizer: “aqui é Ouvidoria, não é investigação, então quem enviou para uma investigação na sala da Ouvidoria”. É nesse sentido. Finalizando, ressaltou que queria fazer esses esclarecimentos para o senhor Jorge. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que irá falar sobre duas questões. A primeira questão é sobre a participação do CDS da AP-5.3. Disse achar que aprende muito todos os dias, então informará para o conselheiro Manoel João de Santana qual foi o papel do Conselho da AP-5.3 nesse caso. Disse que quando se sentou na cadeira, como presidente do CDS da AP-5.3, aprendeu e entendeu que representa os três segmentos: profissional, gestor e usuário. E quando “saiu da pele” de presidente do conselho e se colocou como pessoa, entendeu perfeitamente quando o senhor Jorge o procurou. Ressaltou que os conselheiros vêm debatendo há anos atrás o Humaniza SUS, o acolhimento. Coincidentemente na última conferência que tiveram falaram do acolhimento. Quando o senhor Jorge procurou o conselheiro Geraldo Batista, este lhe informou que existe o Controle Social, mas o Controle Social, o Conselho não discute tecnicamente com médico sobre questões de saúde: por que faleceu; por que veio a falecer. Porque não é competência dos conselheiros já que não são médicos.

Entretanto, os conselheiros têm o dever de apoiar o senhor Jorge no esclarecimento desses fatos, porque o esclarecimento do fato era esclarecedor, pois as fotos que viu mostrando o momento são esclarecedoras. Quando o senhor Jorge falou para o conselheiro a forma como foi tratado dentro de uma unidade de saúde, onde teve representantes de uma conferência de saúde que falava sobre acolhimento, quando se dizia que o usuário (pausa). Ressaltou que acabaram de discutir a questão de saúde do trabalhador e, se o trabalhador estiver doente é claro que não vai poder acolher bem o usuário. O papel do Conselho é defender sempre o direito da saúde do trabalhador para que ele tenha uma boa saúde e possa receber bem o usuário. Quando o senhor Jorge falou para ele a forma como foi acolhido, se espantou, mas no momento pensou assim: “eles trabalham numa unidade, basicamente, com pessoas de urgência e emergência”. Entretanto, acha que, naquele momento, o senhor Jorge deveria ser acolhido. Hoje, os conselheiros discutem muito sobre a segurança do Hospital Municipal Pedro II. O que irá falar deverá servir como um bom exemplo para todos. Disse para o doutor Hugo que o paciente chega surtado no Hospital Municipal Pedro II e, é jogado numa emergência, amarrado em uma cadeira e o pessoal do hospital fica procurando uma assistente social para que ela possa indicar e orientar aquela família aonde o paciente tem que ir. Então é dada uma injeção e o paciente sai do surto, mas eles não dizem ao paciente qual é a “porta de saída” e você vai procurar um CAPS, você vai procurar....”. Não procuram saber onde ele mora, para mandá-lo para a clínica de saúde para fazer o apoio. Esse é o tipo de acolhimento. O **conselheiro Geraldo Batista** também entende que é esse o acolhimento que deveria ter sido feito com o senhor Jorge, mesmo que a assistência social trabalhando dentro de uma unidade que é de urgência e emergência e que tem um movimento incrível, que atende várias pessoas, mas ele poderia ter sido orientado a procurar a clínica de família dele para que desse um suporte a família, porque aonde ocorreu o fato ele não ia poder. Informou que ele e os outros conselheiros entenderam desse modo, porque não é o tipo de unidade que possa acolher a família, mas a clínica de saúde do bairro poderia fazer esse papel. Então para termos as creches e a Atenção Básica não é para acolher o usuário em um momento desses, mas não houve nada disso. Isso foi o que mais doeu, disse o conselheiro, ressaltando que é isso que acontece, hoje, dentro do Hospital Municipal Pedro II. Todos estão vendo a crise dos hospitais, por exemplo, a crise do Hospital Municipal Rocha Faria. Porque têm pacientes psiquiátricos doentes que chegam às unidades e são recebidos dessa forma, inclusive a família não tem sequer uma orientação. Entretanto, quando tem familiar alguém pergunta: “você conhece CAPS”. O familiar responde: “não sei nem o que é isso moço, o que é CAPS?”. Então esse é o acolhimento que temos para os pacientes? Foi assim que os conselheiros julgaram essa situação. Informou que quando o senhor Jorge foi procurá-los no CDS da AP-5.3, o conselheiro Geraldo lhe disse que em relação à transparência, acha que a SMS tem uma equipe técnica, tem pessoas que trabalhavam. Inclusive conhece muitas pessoas da saúde mental e da saúde do trabalhador. Por isso, disse que o senhor Jorge teria esse esclarecimento, mas infelizmente, mais uma vez o conselheiro se enganou, porque mais uma vez o senhor Jorge não teve o devido esclarecimento. Então falou para o senhor Jorge que só tinha um caminho, eles teriam que procurar nas instâncias não governamentais para poder fazer valer o direito de saúde dele. Foi aí que o senhor Jorge procurou a OAB, inclusive foram juntos procurar a Comissão de Saúde de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, também foram na ALERJ, ou seja, em todas as instâncias. Como já foi dito pelo Secretário Executivo David Lima, o conselheiro ficou muito feliz em saber que a família busca esse esclarecimento e esse reparo, não em relação à perda, mas sim ao direito a saúde. Esclareceu que os conselheiros devem fazer as seguintes reflexões: 1) qual é o acolhimento que os conselheiros têm que dar aos seus usuários. 2) por que os usuários estão sendo tratados dessa maneira. Por que

os doentes mentais, hoje, não têm esse acolhimento, não tem esse respeito, não tem essa instrução e esse esclarecimento do que fazer, aonde fazer e o que fazer. Por que agora com essa crise, com essa mudança, os conselheiros andam percebendo que estão querendo propor a volta, como o senhor que sempre falou há anos atrás que “lugar de maluco é encarcerado”, desculpe a expressão. Por esses motivos o conselheiro indagou de todos, se teriam que reeditar a famigerada Colônia Juliano Moreira e também a famigerada Casa de Saúde Doutor Eiras de Paracambi. Será que teriam que reeditar essas clínicas para ‘jogar’ os doentes mentais, porque na Clínica Santa Eugênia um paciente morreu queimado, mas ainda tem a Clínica de Santa Cruz e a Clínica de Repouso Santa Edwiges. Então será que teremos que reeditar essas famigeradas clínicas, onde o doente mental não era considerado doente mental, mas sim maluco. Ressaltou que tinha medo de que isso acontecesse. Por isso, disse que todos têm que refletir para saberem o que querem, porque foi à falta de acolhimento, esclarecimento e de orientação ao senhor Jorge que provocou a ira, revolta e a dor dessa família. Informou que tem acompanhado dia e noite o caminhar desse cidadão em todas as instâncias. Era isso que tinha para falar em relação ao CDS da AP-5.3. Logo após agradeceu cumprimentando a todos. O **doutor Hugo** disse achar, sinceramente, que uma história tão dolorosa como essa, é importante e fundamental que seja discutida no Conselho. Porque acha que é importante que possam olhar, a partir de uma experiência por mais trágica que seja para exumá-la e compreender de fato nossas falhas, nossas imperfeições, onde o sistema não funciona para que de fato consigam construir e garantir que não vivenciem situações de sofrimento e que não deixem para a população a impressão de um descaso, um despreço pelo sofrimento, pela dor da família. Falando diretamente para o senhor Jorge, disse que tem algumas observações para fazer e que precisam ficar claras. Informou que há um esforço muito grande da equipe da Policlínica Rodolpho Rocco, porque a unidade tem uma estrutura pequena, tem um pré-hospitalar fixo. Por causa disso, pediu desculpas ao senhor Jorge, porque precisará de um pouco mais de tempo. Pediu a Mesa tempo para responder outras coisas, inclusive às colocações feitas pelo conselheiro Geraldo Batista porque precisa de algum tempo para responder, senão não irá conseguir já que não consegue sintetizar. Por isso pediu perdão, mas se propõe a conversar em outro momento, em outro lugar, em uma nova plenária. Informou que teve conhecimento do caso da morte do senhor Cosme, que foi, indiscutivelmente, uma morte violenta. Esclareceu que todas as situações de óbitos sejam dentro das enfermarias de saúde mental, nos hospitais psiquiátricos, nas emergências, pois há anos apontam que essas mortes são objetos de investigação. Portanto, é importante investigarem para compreenderem que esquizofrenia não mata, pois ninguém morre de um quadro, de um transtorno mental especificamente mas morre de circunstâncias associadas a esse processo, a situações que se deram durante esse período. Informou que em agosto do ano passado o senhor Cosme deu entrada na Policlínica Rodolpho Rocco cuja equipe se desdobra para trabalhar, como a coordenadora da enfermaria psiquiatria, como a coordenadora da emergência da unidade, enfim, eles estão o tempo todo focados em tentar qualificar, fazer um esforço de trabalho para que consigam trabalhar direito. Esclareceu que o senhor Cosme tinha tido uma passagem anterior na emergência do CER Santa Cruz, uns dois ou três dias antes, porém ele estava muito confuso, desorientado, inclusive as informações que foram passadas diziam que ele estava questionando a própria família em relação ao medicamento, porque ele não queria tomar medicamento achando que lhe estava fazendo mal. Então ele foi atendido e a equipe avaliou que o quadro não era tão grave a ponto de ser necessário interná-lo naquele momento, pois ele poderia tomar algum rumo com acompanhamento externo, pois quem o avaliou naquele momento chegou a essa conclusão. O **doutor Hugo** explicou que no desdobramento seguinte, o senhor Cosme ficou muito angustiado, sofrendo muito

e, por conta disso foi procurar a Delegacia de Polícia onde fez um relato angustiante do que estava se passando com ele. Então a Delegacia acionou os Bombeiros por entender que ele estava confuso, não estava bem, o discurso dele não era coerente. E a avaliação desses profissionais levou-os a encaminhá-lo a um serviço de emergência psiquiátrico. Informou que o Bombeiro sabe bem quais são as portas de entrada da cidade. Então o encaminharam para a Policlínica Rodolpho Rocco, foi quando ele chegou. Prosseguiu explicando que eles têm uma perspectiva para que a pessoa fique o menor tempo possível nas estruturas de acolhimento nas emergências. Primeiro porque elas são pequenas, então se tem seis leitos e um profissional percebe que uma pessoa está razoavelmente bem, pede que a família venha buscá-lo, porque precisam oferecer esse leito para outra pessoa porque não irá manter alguém que esteja bem em um leito que vai ser absolutamente necessário para alguém que esteja realmente muito mal. Disse para o senhor Jorge que isso explica um pouco a fala durante o contato com a família, quando disseram “venham recebê-lo” é porque ele estava em condição razoável. Acabou acontecendo esse evento e quando a equipe se deparou com o senhor Cosme morto, sangrado, com os pulsos cortados, dentro de um banheiro de atendimento ao público localizado dentro da Policlínica Rodolpho Rocco, os membros da equipe tomaram as providências de isolar a área, chamar a Polícia, inclusive à comunicação do evento foi feita por iniciativa da própria unidade de saúde, depois chamaram a família para dar a notícia triste. Achou que é sempre muito doloroso quando escutam um relato de qualquer usuário, em qualquer circunstância, um relato da família falando que não se sentiu acolhido, falando que não compreendeu o que se passou; não sentiu que as pessoas tinham se mobilizado para resolver o caso. O **doutor Hugo** disse que não foi essa a informação que teve, porque teve a informação de que a coordenadora da emergência tentou falar com a família e a Diretora da unidade também tentou. O **doutor Hugo** disse que ouviu o relato que o senhor Jorge fez, então acha que podem seguir debatendo. Entretanto, o doutor pediu-lhe desculpas para que o deixasse falar sobre as informações que recebeu, porque teve notícia do caso, como tem notícias de todos os casos, por um Whatsapp das emergências. Falando para o conselheiro Geraldo Batista, disse que não acontece de chegar alguém na emergência do Hospital Municipal Pedro II sem que caia numa rede que envolve profissionais, inclusive da Atenção Primária. Ressaltou que depois mostrará ao conselheiro o Whatsapp, porque sabe quem chegou agora, de tarde, no Hospital Municipal Pedro II. O que não quer dizer que nós funcionamos cem por cento; o que não quer dizer que nós não temos momentos onde esse trabalho é mau feito, é descuidado. Isso é inevitável, nosso esforço é qualificar o SUS, é fazer um Sistema de saúde que possa servir para nossas famílias, que possamos ter garantias de qualidade no cuidado das pessoas, mas nem sempre isso é possível. Sempre que for necessário precisamos ter a noção do dia, da hora, do evento que aconteceu, trabalhar, pegar aquela equipe, treinar, investir para poder trabalhar as nossas fragilidades. Não é que o modelo esteja errado a ponto de termos que voltar ao hospital psiquiátrico, porque o que precisamos é aprimorar a nossa capacidade de acolhimento, porque nessa questão do acolhimento, o senhor Jorge tem toda a razão. Voltando ao caso, informou que o conselheiro Geraldo Batista o procurou pedindo que recebesse a família porque os familiares tinham uma série de dúvidas e questionamentos em relação às circunstâncias da morte do senhor Cosme. Até então o doutor Hugo e equipe trabalhavam com a perspectiva de um suicídio, mas o senhor Jorge trouxe uma argumentação de que seria um homicídio. Informou que essa definição, suicídio e homicídio, no limite pertence ao inquérito policial mas não é a Polícia que diz isso. Portanto, isso não cabe, não tem sentido fazer uma votação no Conselho Municipal de Saúde para saber se foi suicídio ou homicídio. Sobre as várias argumentações e fotos que lhe foram apresentadas pelo senhor Jorge, por sua vez, vários profissionais fazem considerações de ordem médico legal. Informou

que não é médico legista e sim médico psiquiatra, mas estudou ontologia médica durante sua formação há trinta e tantos anos atrás. Retomando a fala anterior, disse que várias daquelas lesões são descritas como próprias de um cadáver em um contexto de algumas horas depois do encontro, mas não são entendidas como sinais de tortura, mas essa é uma discussão de legistas, não é uma discussão de psiquiatras e nem de leigos, porque é uma discussão técnica de como definir essa situação. Portanto, se efetivamente houver um evento dirigido, de violência dirigida, ou seja, um homicídio em relação ao senhor Cosme, acha que é uma questão que cabe a Polícia elucidar. Fica claro para todos que suicídio ou homicídio é uma morte violenta, pois uma morte violenta envolve, necessariamente, algum grau de investigação. Foi isso que eu disse quando estavam presentes o conselheiro Geraldo Batista, um advogado, o senhor Jorge, a assessora Moema da equipe do doutor Hugo, além, obviamente da minha pessoa Hugo. Juntos conversamos bastante sobre o caso, então o doutor viu as fotos e disse que a primeira coisa era ter um registro desse caso, mas para isso deveriam ir à Ouvidoria fazer o registro dessa questão dizendo que a família está questionando que o óbito não foi suicídio, mas sim homicídio. Reafirmou para eles fazerem o registro na Ouvidoria porque depois o doutor Hugo e equipe abririam um processo interno para avaliar o caso. Explicou que há uma preocupação dele e de sua equipe, inclusive o que irá falar são palavras suas. Eles não trabalham com a perspectiva de corporativismo, de querer encobrir questões, porque eles irão trabalhar para elucidar essas situações, disso que não tem a menor dúvida. Disse que a doutora Giane é a coordenadora da área da AP-3.2 mas na AP-5.3, onde reside o senhor Jorge, a coordenadora é a doutora Leila. Então na área da AP-3.2 a Policlínica Rodolpho Rocco está vinculada a estrutura da doutora Giane. A Superintendência de Saúde Mental trabalha a lógica normativa, a organização da rede, mas não administra diretamente a unidade. Por isso, a doutora Giane entrou na história e o senhor Jorge não entendeu o porquê do caso ter sido remetido para a doutora Giane e para o senhor Manoel João de Santana, presidente da AP-3.2. Sobre esse encaminhamento acha que o Secretário Executivo David Lima já descreveu um pouco como é que se deu. Houve um processo de levantamento sobre isso, então o doutor Hugo pode dizer ao senhor Jorge que trabalhou durante cinco anos como coordenador da área da AP-3.1, onde trabalhavam com equipes de investigação de óbitos de morte materna, porque não é natural mulheres morrerem no parto. Em relação à mortalidade infantil, tem que ver, seja precoce, ou seja, tardia tem que ver porque não é natural as crianças morrerem após o parto ou na primeira fase da vida. Ressaltou que da mesma forma sempre discutiram que as mortes em unidades psiquiátricas deveriam ser investigadas também, pois bem, esses profissionais têm o “know-how” disso, então foram e fizeram uma investigação dentro da Policlínica Rodolpho Rocco investigação essa que o doutor Hugo está concluindo. E essa análise final foi remetida e está nesse momento na Procuradoria do Município, inclusive o doutor está com o número do processo e onde ele se encontra; se o senhor Jorge desejar poderá lhe passar essas informações. Para concluir, o **doutor Hugo** disse ao senhor Jorge que eles trabalham para qualificar o atendimento das pessoas que sofrem com transtorno mental. Não cabe a ele discutir no Conselho Municipal de Saúde se o irmão dele tinha ou não tinha transtorno mental porque não o conheceu, mas têm relatos de profissionais sérios dos registros por onde o senhor Cosme passou, que fazem que eles tenham uma forte impressão de que ele estava vivendo um surto sim, naquele momento. Esse surto em si não explicaria a morte dele, as circunstâncias da morte violenta precisam mesmo ser investigadas. Por isso, acha importante recorrer aos Órgãos de Direitos Humanos e a todos os Órgãos das políticas públicas que resguardam o direito do cidadão, isso é fundamental. Internamente dentro da SMS, não há da nossa parte e tenho certeza que do Gabinete; tenho certeza que da Superintendência de Atenção Primária; da Coordenação de área da AP-3.2; da

direção da Policlínica Rodolpho Rocco, não há o menor interesse em distorcer os fatos porque nós não temos interesse que fatos obscuros aconteçam na Rede de Saúde, ao contrário, nós trabalhamos em favor da vida, nós trabalhamos para qualificar o SUS e não vai ser escondendo as falhas que conseguiremos alcançar essa qualificação. Então todo o trabalho; senhor Jorge eu entendo o sentimento da família, também entendo que há certa perplexidade da família por não considerar que essa situação possa ter qualquer revestimento de uma lesão, de um movimento de autoextermínio do próprio senhor Cosme. Eu não sei, sinceramente não sei te dizer sobre isso, porque acho que quem pode dizer sobre isso é o inquérito policial no limite. Nós fazemos no levantamento da sindicância uma análise de todas as informações que nós dispomos no âmbito da Saúde. Como a análise foi para a Procuradoria isso se deve transformar dentro da Prefeitura, ainda no âmbito administrativo que não é o mesmo da Polícia, em uma investigação, em um inquérito que será feito em outro plano, porque a análise irá sair da SMS e será encaminhada para a Procuradoria Geral do Município. Embora a máquina seja lenta e tenha dificuldades de se comunicar com a sua família, o que eu quero te dizer é que as coisas estão andando sim; há uma preocupação, sim, com o que acontecerá. Além das circunstâncias da morte do senhor Cosme, o que é trágico dessa história é perceber que não conseguimos nos comunicar com as famílias e fazer com que elas se sintam acolhidas. Isso é um traço da nossa insuficiência; isso é um traço daquilo que nós temos que melhorar e melhorar muito, porque a gente precisa poder confortar os familiares do Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro, sabendo que existe um conjunto de profissionais sérios, cuidadosos e que estão trabalhando e defendendo a vida. Disse achar que era isso que era importante dizer para o senhor. Finalizando, agradeceu. O **conselheiro Manoel João de Santana** cumprimentou os presentes. Disse ao senhor Jorge que era a primeira vez que estavam se encontrando. Informou que foi ele quem atendeu a ligação feita pelo senhor Jorge no dia vinte e oito de setembro de 2017, quando voltava da reunião plenária do CDS da AP-3.2, que acontece na terceira quarta-feira do mês, inclusive sabia que o irmão do seu Jorge já tinha falecido entre os dias oito e nove. Prosseguiu informando que o senhor Jorge ligou para ele no dia vinte e nove, caso não esteja enganado. O **conselheiro Manoel João de Santana** perguntou ao senhor Jorge o que disse a ele durante essa ligação. Fez uma pausa e mostrou que estavam presentes a coordenação de área e a vice-diretora da unidade. Em seguida, disse que falou para o senhor Jorge que não sabia de nada. Ressaltou que continua falando isso, porque o senhor Jorge falou. Entretanto, o conselheiro falou para ele que iria correr atrás, entrar em contato com a coordenação de área, porque até aquele momento fazia um mês e dezenove dias do acontecido, mas o conselheiro não sabia. Então houve falha, mas houve falha também do lado de cá, porque demorou um mês e dezenove dias para comunicá-lo, do lado de cá, mas não irá entregar ninguém, porque o conselheiro Geraldo Batista é seu amigo e tem o seu telefone mas o senhor Jorge, como ele mesmo disse, ainda não o conhecia. Então ficou um mês e dezenove dias sem que o conselheiro soubesse de alguma coisa, nem de um lado nem do outro lado. Por isso, pediu desculpas ao senhor Jorge e que ele receba também o seu sentimento pela perda que teve. Ressaltou que prometeu que iria entrar em contato com a coordenação de área e a direção da unidade para depois passar o telefone para o senhor Jorge. Esclareceu que demorou umas horas, mas quando o senhor Jorge ligou pela segunda vez, o conselheiro passou o número do telefone para ele. Por isso que o senhor Jorge conseguiu entrar em contato com a coordenação de área. Ressaltou que autorizou o senhor Jorge para que procurasse a doutora Giane ou a doutora Mônica ou que fosse na Policlínica Rodolpho Rocco para procurar a diretora dessa unidade, porque elas é que acompanharam o caso do começo até o fim, depois veio o doutor Hugo. Disse que não irá dizer que não houve falha, porque houve, porque o CDS da AP-3.2 tinha que saber sim, mas até aquele momento o

conselheiro não sabia. Ressaltou que não é melhor do que os outros presentes mas o Controle Social da área da AP 3.2, da qual é o Presidente. Falando para o senhor Jorge, disse que não irá fugir da "raia", não vai fugir nunca. Prosseguiu dizendo que gosta de trabalhar encima de documentos e fatos completos, porque tem que ter documentos e fatos completos, não de boca: "eu soube"; "falaram para mim"; "me disseram"; "quem é que disse, eu trabalho encima de documentos". Disse que quando soube da situação pelo senhor Jorge, entrou em contato com a doutora Mônica, a Giane, aquela que está assentada, e eu mandei você entrar em contato com eles, porque foram eles que acompanharam do começo até o final. Quando depois, o David ou você mandou pela Maria Angélica aquela relação de documentos e eu recebi sim,... ela me entregou tá, porque o presidente sou eu, mas quero que fique bem claro que também houve um problema no dia doze do mês passado, teve um blá, blá, blá, quando ele não se encontrava presente. O presidente sou eu. Informou que respeita o trabalho de todos, mas também quer que respeitem o seu trabalho até o último dia em que estiver no Conselho Distrital. Informou que a conselheira Maria Angélica foi eleita por votos legais, tirados no CDS da AP-3.2 para ser representante no Conselho Municipal de Saúde. Então na sua ausência ela é a representante legal. Disse para o senhor Jorge que está explicando isso para ele, mas ressaltou que isso não tem nada a ver com o caso mas para que o senhor Jorge saiba como são as coisas. Portanto, ela é a representante legal, inclusive o nome dela foi publicado no Diário Oficial, mas o Presidente sou eu. Reafirmou que foi a conselheira Maria Angélica que lhe entregou os documentos, daí para frente, ele pegou os documentos e correu atrás, depois o Secretário Executivo David Lima lhe mandou uma documentação de tudo o que estava ocorrendo, pois o conselheiro só trabalha encima de documentos, porque o Secretário Executivo David Lima como advogado sabe que ninguém vai trabalhar encima do "eu soube, me disseram", porque com o conselheiro isso não funciona. Disse para o senhor Jorge, que o CDS da AP-3.2 não vai fugir nunca, não será cúmplice e nem omisso em relação as suas obrigações. Isso é que o conselheiro Manoel João de Santana queria que ficasse bem claro, porque no dia doze ele iria participar da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, mas uma conselheira distrital faleceu. Então pediu que a conselheira Maria Angélica avisasse ao Conselho Municipal de Saúde e aos conselheiros que ele estava tratando de um enterro, de um funeral, mas se soubesse que iria acontecer esse blá, blá, blá todo no Conselho Municipal de Saúde, teria suspenso tudo lá e viria para a reunião. Ressaltou que não gosta muito de vir ao Conselho Municipal porque às vezes a maioria não gosta muito do que ele fala, mas como não é melhor do que ninguém, fala aquilo que entende e que acha que deve falar mesmo, porque está numa democracia e fala sem ofender ninguém. Informou que eles não gostam quando o Secretário fala no CMS/RJ; quando tem reunião com a Presidenta eles não gostam, reunião com eles não gostam, porque ele como conselheiro chega e fala. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu para ele concluir. Respondeu que irá concluir. Ressaltou que todos têm que ser sinceros na atual situação, porque ele não sabia e quer que qualquer um daqueles que estão sentados, se manifeste e diga se que foi omisso, que sabia da situação. Os meus sentimentos novamente e muito obrigado. O **conselheiro Marinaldo Silva** acha que embora o doutor Hugo tenha falado da lisura dos profissionais que trabalham na Policlínica Rodolpho Rocco, inclusive o conselheiro acredita nessa lisura, mas fazer uma sindicância com o pessoal que trabalha na própria unidade não é o mais adequado. Acha que teria que ter profissionais de outras unidades para fazer essa sindicância. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: O fato ocorreu dentro de uma unidade da Prefeitura, então independente de ser suicídio ou homicídio a Prefeitura é responsável por aquele paciente. Falando para o senhor Jorge, disse para ele entender que acha que esse fato, teria que fazer parte de tudo aquilo que você vai recorrer da responsabilidade da Prefeitura sobre o paciente Cosme que estava

nessa unidade em tratamento, no acolhimento. Então a responsabilidade é da Prefeitura sim. Embora esse fato tenha sido individualizado, um fato que ocorreu com uma pessoa, mas esse fato não está "descolado" da crise que a saúde do Município do Rio de Janeiro vive e fundamentalmente a saúde mental do Rio de Janeiro que vive uma crise nunca vista. Porque os profissionais, hoje, têm equipamentos que são inadequados para atender as demandas, inclusive não têm profissionais suficientes para poder atender aos pacientes que lá chegam. Então os atendimentos não são feitos, embora os profissionais sejam de alto nível, embora os profissionais sejam muito bem especializados, mas estão sem condições de trabalho, então o atendimento fica muito aquém do que deveria ser. Reafirmou que acha que estão vivendo uma crise, sim, na saúde mental. Por isso, acha que essas questões têm que ser discutidas no CMS/RJ, pois acha que o doutor Hugo colocou bem, acha que não se encerra hoje nessa discussão, não se encerra hoje com o caso da morte do senhor Cosme, mas acha que talvez isso seja um pontapé para que se possa discutir a estrutura de saúde mental do Município do Rio de Janeiro. Acha que talvez isso seja, sabe, alguma coisa que possamos retirar desse infortúnio que foi o falecimento do irmão do senhor Jorge. Disse achar que o CMS/RJ tem essa responsabilidade, também acha que os conselheiros têm que estar atentos a tudo que ocorre na saúde do Município do Rio de Janeiro porque nós estamos aqui para isso, porque nós estamos aqui, porque aqui é o Controle Social. Então os conselheiros não podem permitir que aconteça no CMS/RJ o que está acontecendo no Ministério da Saúde em relação ao Conselho Nacional de Saúde, porque o Ministro da Saúde não respeita as deliberações que são colocadas, que são feitas, atropelando, assim, o Conselho Nacional de Saúde. Então os conselheiros não podem permitir que aconteça a mesma coisa no CMS/RJ, porque essas coisas vem de cima para baixo. Portanto, acha que os conselheiros têm que fazer a discussão da questão da saúde mental do Município do Rio de Janeiro. Acha que precisam fazer um fórum próprio para essa discussão, seja no CMS/RJ, seja em outro local porque acha que os conselheiros não podem deixar que essas coisas passem em branco. Falando diretamente para o senhor Jorge disse que conforme já haviam conversado, conforme já havia dito anteriormente, o senhor Jorge pode utilizar a Comissão de Saúde Mental sempre que for necessário e estamos juntos. A **senhora Giane** informou que é Coordenadora médica da Policlínica Rodolpho Rocco. Ressaltou que está falando em nome da Diretora da unidade, inclusive trabalha pessoalmente com ela, então achou que era seu dever vir ao CMS/RJ para falar, também, alguma coisa. Disse ao senhor Jorge, que todos da Policlínica estão se solidarizando com ele e com sua família por tudo que aconteceu. Então fará algumas colocações que acha que são pertinentes. Informou que desde o dia que aconteceu o fato, todos se colocaram de forma muito atuante e disponível, não só ela, mas também a Coordenadora da Psiquiatria, senhora Viviane. Esclareceu que trabalha com outra coordenadora médica, porque a Policlínica realmente é uma unidade de saúde multiprofissional, inclusive a doutora Márcia também é muito atuante nesse processo. Esclareceu que em todos os momentos, eles estavam disponíveis para o que aconteceu e para a família. Informou que, mais de uma vez, estava pessoalmente com a doutora Márcia no momento em que ela tentou contato com a família do senhor Jorge, porque entendem que, nesse momento, os familiares estavam vivendo um momento de luto e de dor e que não gostariam, não queriam falar muito, mas eles se colocaram a disposição nesse momento, sempre, inclusive no dia do ocorrido. Esclareceu que a sindicância foi aberta prontamente, cumprindo todas as exigências da SMS, encaminharam todos os documentos para a CAP, para a Superintendência, relatórios sobre o que aconteceu, mas só que, infelizmente, chegou o momento em que não tinham mais o que fazer, então entregaram isso para as esferas competentes, no caso, a Polícia ou quem quer que seja, o perito legal, o legista, que poderá dizer, muito melhor do que qualquer um deles, o que

aconteceu de fato. Ressaltou para o senhor Jorge que o mérito não é deles, inclusive eles não têm a pretensão de entrar nesse mérito, de verdade. Informou que estava querendo dizer ao senhor Jorge, que eles trabalham como o doutor Hugo falou, superbem, querendo o melhor. Quando instalamos a sindicância, como fazemos para todos os eventos e as intercorrências que acontecem nas unidades é exatamente isso para corrigir os erros e não para acobertá-los ou para deixar que eles aconteçam. Finalizando, disse que era isso que queria falar, em seguida agradeceu. A **Presidenta Fátima Lopes** retribuiu o agradecimento. O **conselheiro Geraldo Batista** pediu uma questão de esclarecimento. Disse que tem muito respeito pelo conselheiro Manoel João de Santana mas também tem uma parceria muito grande com a sua coordenadora, senhora Leila Marinho. Então entende que o papel do Conselho Distrital de Saúde, como reza a Lei 5.104 é colaborar, fiscalizar as ações junto à coordenação. Informou o que aconteceu no CMS/RJ, no dia doze, não foi um blá, blá, blá, foi uma discussão e, eu sou claro, evidente em dizer que eu não tenho um bom relacionamento pessoal com a sua representante no CMS/RJ. É uma coisa pessoal que ela tem comigo e eu tenho com ela, não temos esse relacionamento e nem desejo tê-lo, já deixo bem claro o que ela passou para o senhor, não citei o nome do senhor, mas citei o Conselho. Tudo o que ocorreu, como o esclarecimento, esse tempo todo que estamos debatendo poderia ser resumido se esse cidadão tivesse tido o devido acolhimento e o devido esclarecimento, além da orientação de onde iria buscar o que está sendo buscado agora. Se o senhor Jorge tivesse sido orientado, desde o começo para aonde teria que ir e quem deveria procurar, se era a doutora Giane ou o doutor Hugo ou outra pessoa tudo o que aconteceu no CMS/RJ poderia ter sido evitado, pois isso é o papel do Conselho. Quando o senhor Jorge procurou o CDS da AP 5.3, o conselheiro Geraldo lhe disse: você tem um Conselho de Saúde, então vai lá, porque eles vão lhe dizer todos os lugares que você pode buscar, todos. Reafirmou que tudo o que foi debatido e falado no CMS/RJ poderia ter sido evitado, se esse cidadão tivesse um acolhimento e a devida orientação e o respeito em ter o esclarecimento do que ocorreu com o irmão dele. Então como dividimos o que vai ser, quem vai dizer se houve crime ou não é a esfera criminal. Entretanto, o acolhimento e esclarecimento é um dever que compete aos conselheiros e aos presidentes dos conselhos fazerem, pois são eles que devem acolher. Ressaltou que sempre fala isso para a sua coordenadora, porque são parceiros e amigos, então quando encaminham algum problema para a coordenadora é porque querem solução. Informou que na AP-5.3 têm uma equipe onde existem profissionais altamente capacitados, como todos viram no CMS/RJ para darem esse esclarecimento. Então percebeu que muito do que outras pessoas já falaram foi o que aconteceu, porque o senhor Jorge não teve as indicações e a orientação necessária para poder seguir e procurar aonde ele deveria ir, só foi isso. E quanto ao blá, blá, blá não houve blá, blá, blá, houve sim uma defesa de direito de esclarecimento a um usuário que estava procurando um esclarecimento e a transparência nas ações da Prefeitura, nas ações da equipe. Então como confiam na equipe e sabiam o que o doutor Hugo tinha feito, então estamos procurando isso, foi isso que houve mas da forma que passaram para o senhor, conselheiro Manoel João Santana eu não sei, então eu me desculpo também, porque eu tenho o maior respeito pelo senhor e quero também que o senhor tenha o maior respeito com o CDS da AP-5.3 porque quem está vivenciando a dor do senhor Jorge são os membros da AP-5.3. Finalizando agradeceu. A **senhora Márcia** informou que é da Federação Municipal de Associação de Moradores. Disse que é a segunda vez que vem falar no Conselho Municipal de Saúde porque se emocionou muito quando queriam fechar o Pinel mas a equipe do Pinel demonstrou a competência que tem para tratar o usuário, pois ficou muito impressionada com a discussão que tinha. Informou que quando vai ao CMS Waldyr Franco, localizado em Bangu, fica

observando o conselheiro Ludugério Silva se desdobrar para o atendimento; então veio para falar da importância que tem o CMS/RJ e a importância dessa discussão, porque essa discussão, às vezes, não perpassa pelo CMS/RJ porque fica por fora mas a medida quando entramos dentro; percebam quantos depoimentos testemunhamos nessa reunião, então tem que estar no CMS/RJ mesmo porque é o único espaço que a população tem para resolver os problemas, então se o problema não for trazido ao CMS/RJ para ser discutido, não vai vir à tona. Ressaltou que essa discussão feita no CMS/RJ é importantíssima para ela, porque às vezes pensam que os conselheiros não trabalham, mas trabalham, porque quando fala com o conselheiro Ludugério Silva, ele responde: não posso, porque vou não sei aonde. Ressaltou que não pode falar dos outros conselheiros, porque não os conhece mas do conselheiro Ludugério Silva pode falar porque trabalharam há uns vinte anos junto na área da saúde. Então conhece bem o trabalho dos conselheiros, conhece esse trabalho que é feito e a importância que tem o Controle Social em relação a isso. Disse que o conselheiro Geraldo Batista levantou a questão do acolhimento, uma questão importante que faz falta, porque, às vezes, vai participar da reunião da população em situação de rua e vê experiências de profissionais que estão atendendo aquela população, com uma dedicação, que uma pessoa que não esteja presente, não vai entender por que é necessário ter os gabinetes de rua. Porque os atendimentos, feitos pelos gabinetes de rua para a população de rua é bem diferente dos atendimentos feitos nos hospitais. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu para concluir. Finalizando, a **senhora Márcia** disse que só queria falar da importância do CMS/RJ. Então temos que estar presentes porque serão os membros do Controle Social que darão o grito porque os outros não darão, porque sentimos isso na pele já que estamos do lado de cá. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** informou que tem duas pessoas inscritas, uma é a coordenadora e a outra é a doutora Mônica que dará informe. O **conselheiro Marinaldo Silva** disse que pediu a inscrição do senhor Jorge. Nesse momento surgiu um burburinho no auditório em relação à inscrição, mas logo foi resolvida. A **coordenadora Giane** cumprimentou a todos e informou que é coordenadora da AP-3.2. Disse que se solidarizou com o acontecido, inclusive recebeu o senhor Jorge, o conselheiro Marinaldo Silva e o conselheiro Geraldo Batista na sua coordenação. Depois, como ele é morador da AP-5.3 e o ocorrido foi em uma emergência da Policlínica, de sua área, poderia até ter se colocado, porque a gente entende a necessidade, talvez de ter tido uma orientação no dia que teve o ocorrido de dizer: “agora você procure seu médico, procure uma equipe”, isso para orientá-lo para aonde poderia ser acolhido e acompanhado a continuidade desse acolhimento que poderia ser na Saúde da Família, como poderia ser no médico que o acompanhava. Informou que a coordenação de área recebeu a equipe e que está monitorando a sindicância. Informou ainda que tem tido contato com a Superintendência. Então se colocam a disposição para qualquer dúvida em qualquer momento que o grupo queira participar, ir lá discutir, porque estarão disponíveis. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que por conta do avançado da hora estão pedindo licença por um instante para poderem dar um informe da Secretaria. O informe é sobre Hepatite e quem irá falar é a doutora Mônica, mas se ela não puder falar agora iremos ficar sem esse informe. Em seguida, agradeceu a atenção de todos. A **doutora Mônica** cumprimentou os presentes e informou que trabalha na Coordenação de Vigilância Epidemiológica. Disse que seu informe é sobre o aumento do número de casos de Hepatite A que está ocorrendo no Vidigal. Informou a todos que as ações preventivas já estão sendo realizadas como: a vacinação que pertence ao calendário vacinal, que estão sendo feitas nas unidades de saúde; a investigação dos casos; a realização dos exames pertinentes; a coleta de amostras de água. Ressaltou que tudo isso já foi providenciado e está ocorrendo. No momento temos um total de noventa e um casos notificados. Destes, setenta e oito por cento foram confirmados. Esclareceu que gostaria de passar isso para todos,

porque a Hepatite A é uma doença de evolução benigna, começa com febre, dor abdominal, vômitos e icterícia principalmente. Ressaltou que a faixa etária mais acometida, que está ocorrendo no Vidigal, é de vinte a vinte e nove anos, porque são exatamente as pessoas que circulam. Outro assunto importante que acha fundamental são as cartilhas que colocaram para a população com as noções de medidas preventivas, de higiene principalmente, ferver a água, filtrar, lavar as mãos depois de usar o banheiro. Tudo isso é muito importante para que não haja essa disseminação. Finalizando, disse que era isso que gostaria de falar para os senhores e agradeço a atenção. Vários conselheiros agradeceram. Aplausos. O **conselheiro Jaciano Santiago** também agradeceu. O **senhor Jorge** disse que na medicina tem a ética, no caso, o Conselho Federal de Medicina tem a ética para os enfermeiros, para o médico também tem a ética, inclusive à Organização das Nações Unidas têm citações diretas sobre a área de saúde mental, pois é uma das grandes preocupações e o Brasil está incluído nessa área de preocupação, mas que houve falta de acolhimento isso é um fato e não tem como negá-lo porque houve mesmo. Foi por isso que pediu a réplica, porque teve falta de acolhimento, inclusive no dia do acontecido sentiu que teve e sente até hoje. Então como já foi citado, a falta de transparência, as coisas que estão ocorrendo em sigilo não podem ocorrer, porque dá idéia para a família de corporativismo que é um termo popular para designar alguma coisa que é feita às ocultas. Então o acolhimento é um fato, ocorreu, inclusive é testemunha e tem mais três testemunhas. Isso é um fato que não houve acolhimento, porque disseram que foram procurá-lo na própria unidade, mas não o procuraram, isso é um fato que questiona. Entretanto se precisarem falar mais sobre essa questão gostaria de conversar mais com a área de saúde, com o doutor Hugo e até com outros representantes da área de saúde sobre o fato do acolhimento nos hospitais, incluindo a Policlínica Rodolpho Rocco onde aconteceu o caso com seu irmão, porque quer saber mais detalhes sobre esse caso. Finalizando, agradeceu. O **Secretário Executivo David Lima** informou que no ponto referente aos informes da Secretaria Executiva irá usar o minuto que pediu. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto quatro: **Comissão de Educação Permanente**. Esse ponto foi adiado por causa do avançado da hora. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto cinco: **Comissões do Conselho Municipal de Saúde**, mas os seus respectivos representantes não tinham informes para dar, exceção feita a Comissão de Saúde Mental que já havia sido contemplada. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto sete: **Informes da Secretaria Executiva**. O **Secretário Executivo David Lima** informou aos conselheiros que, hoje, é a primeira reunião coordenada pela nova Comissão Executiva do Conselho. E hoje, nessa reunião, deveriam colocar o Regimento Interno da Comissão Executiva para ser aprovado pelo Colegiado mas não fizeram isso meio de propósito porque a pauta estava muito "pesada". Então na próxima reunião irão colocar o Regimento em votação porque é de praxe é sempre o mesmo Regimento mas o Colegiado precisa aprovar. Esse é o primeiro informe. O **conselheiro Marinaldo Silva** pediu uma questão de esclarecimento. Perguntou se as modificações necessárias serão feitas no Plenário. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que serão feitas sempre no Plenário. O **conselheiro Marinaldo Silva** perguntou se não precisa apresentar antes. O **Secretário Executivo David Lima** disse que não até porque o Regimento na hora será colocado. O conselheiro disse que entendeu a explicação. Segundo informe. Disse que oficialmente está de férias desde o dia oito, mas devido a uma situação necessária de trabalho ainda não conseguiu sair de férias mas a partir de quinta-feira deverá sair de férias. Entretanto, na segunda-feira interromperá suas férias de novo, por causa da eleição na AP-2.2. Então irá até lá para fazer, depois retornará para suas férias, mas não irá tirar toda, porque deve tirar de dez a doze dias. Depois retornará ao trabalho mas espera que em março consiga tirar o resto das férias. Prosseguindo, o **Secretário Executivo**

David Lima informou que fará uso do minuto que tinha pedido. Disse que foi verificar com os servidores da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde que receberam o pacote deixado pelo conselheiro Geraldo Batista para ser entregue ao conselheiro Marinaldo Silva sobre a demora em entregar o pacote, o documento. Os servidores lhe informaram que perguntaram ao conselheiro Geraldo Batista se ele queria que fizessem uma guia de remessa para transportar. Também perguntaram ao conselheiro como se dava a urgência em relação ao pacote. O conselheiro Geraldo Batista respondeu: “não, quando o Marinaldo aparecer aí entrega para ele”. O **Secretário Executivo David Lima** disse que foi por isso que os servidores não ligaram para o conselheiro Marinaldo Silva, pois não imaginaram que fosse importante. Informou ainda que irá orientar os servidores para não receberem mais nada para ninguém dessa maneira porque será necessário ter guia de remessa. Então, a partir de hoje os servidores já estão orientados por mais que deixem, insistem em não fazer, os servidores só irão receber se ficarem com guia e também se disserem qual é o assunto, pois não haverá mais essa personalidade. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto oito: 8) Informes do Colegiado - 30 minutos. O **conselheiro Ludugério Silva** parabenizou todos os presentes por estarem no Conselho Municipal até essa hora porque estão demonstrando para o conselheiro que, de fato, têm compromisso com a sociedade e em especial com o usuário. Disse que seu informe da AP-5.1, além de ser um informe é ao mesmo instante um apelo ao Conselho Municipal de Saúde, a Comissão Executiva e ao Gabinete da SMS porque se soubessem o que os funcionários da limpeza e da vigilância estão passando por estarem sem dinheiro. As unidades estão sem o pessoal da limpeza e sem o pessoal da vigilância. Isso está prejudicando os usuários no atendimento. Prosseguindo perguntou o que fazer para resolver esse problema, esse é o apelo da AP-5.1 porque o conselheiro nunca passou por isso, desde 1993 mas é a primeira vez que passa por isso nessa gestão. Coitado do pessoal, muito obrigado. O **conselheiro Jaciano Santiago** agradeceu pela participação. O **conselheiro Marinaldo Silva** disse que seu informe é em relação à greve deflagrada no município por todas as categorias mas que por solicitação da juíza do TRT algumas categorias retornaram ao trabalho mas os psicólogos ainda estão em greve, não retornaram cem por cento ao trabalho. Explicou que os psicólogos ainda estão em greve porque os insumos e os medicamentos ainda não foram entregues de forma integral, estão chegando aos poucos. A promessa foi que até o final de dezembro estaria tudo resolvido o que não aconteceu. Informou que ainda existem pendências de pagamentos, por exemplo, na AP-3.1, ainda não foi pago a segunda parte da parcela do décimo terceiro salário. Portanto, em função disso os profissionais de psicologia, em assembléia, resolveram dar continuidade a greve da categoria. Os pagamentos que deveriam ter sido depositados ontem, dia sete. **Membro do Colegiado que não se identificou no microfone** interrompeu o conselheiro para dizer que na AP-3.1, também não foram entregues o vale transporte e o vale refeição. O **conselheiro Marinaldo Silva** ratificou que a AP-3.1 ainda deve o vale transporte e o vale refeição. Retornando a fala anterior disse que o pagamento que deveria ter sido depositado, ontem, para todas as AP's ainda não aconteceu e não há previsão de se pagar, o que é pior. Então haverá outras assembléias e provavelmente as categorias retornarão à greve. O **conselheiro Jaciano Santiago** agradeceu e, em seguida, chamou o conselheiro Alexandre Telles, mas recebeu a informação de que o conselheiro teve que ir para a reunião da Mesa de Negociação do SUS. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que tem dois informes para dar: primeiro - que recebeu a notícia de que o tomógrafo do Hospital Municipal Pedro II, depois de três anos voltou a funcionar. Disse que não sabe se o problema era de ampola ou de luz, mas finalmente, por mais sacrificante que tenha sido ficar sem, o tomógrafo voltou a funcionar; segundo - informou que em dezembro tiveram uma triste notícia, inclusive acha que o Secretário Executivo David

Lima tomou ciência porque a notícia é sobre o falecimento do ex-conselheiro municipal Alessandro Motta, uma pessoa que os acompanhou no Conselho Municipal, porque hoje tivemos uma falha aqui, mas é triste saber que deixamos de ter a presença de uma pessoa tão politizada, uma pessoa tão espontânea em ajudar o Conselho de Saúde, em ajudar o usuário. Novo também tinha trinta e oito anos, por causa de uma cirurgia mal sucedida, vamos dizer assim. Ressaltou que esteve com ele antes, onde ele falava da alegria em ter conseguido, em ter aguardado a cirurgia, mas infelizmente ele nos deixou e eu queria deixar registrado aqui, em nome do CDS da AP-5.3 e como representante do Conselho Municipal o nosso sentimento a companheira, a esposa mas também a companheira Margarida, porque ele foi um grande incentivador dela está onde ela tá. Então acha que até por isso que ela hoje não esteve aqui, mas enfim, são coisas que acontecem. Então que ele esteja presente no reino da Glória iluminado nossos trabalhos aqui. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu para falar e o conselheiro cedeu o espaço. A **Presidenta Fátima Lopes** aproveitou a fala do conselheiro Geraldo Batista para lembrar de fazerem um minuto de silêncio para o companheiro, que foi conselheiro distrital e municipal. Depois pediu, o favor, para que alguém marcasse um minuto. Companheiros, em nome do Alessandro um jovem muito querido foi conselheiro distrital e municipal representou a metropolitana. Ele veio com toda a "garra" mas aí ele falou: "eu vou para outros voos" e se afastou do Conselho Municipal mas continua conosco aqui. Um minuto de silêncio, por favor. Após o minuto de silêncio, ouve-se uma voz de membro do Colegiado que não se identificou dizendo: "companheiro Alexandre". Aplausos. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e vinte minutos e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes